



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA CLÁUDIA FELICIANO DA SILVA

**A MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA: O PROTAGONISMO DE
MARIA DULCE BARBOSA (1947-1966)**

CAMPINA GRANDE-PB

2014

ANA CLÁUDIA FELICIANO DA SILVA

**A MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA: O PROTAGONISMO DE
MARIA DULCE BARBOSA (1947-1966)**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em História apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do grau de licenciado
em História.

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

586 Silva, Ana Cláudia Feliciano da
A mulher na política paraibana [manuscrito] : o protagonismo de
Maria Dulce Barbosa (1947-1966) / Ana Claudia Feliciano Da
Silva. - 2014.
76 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. José Adilson Filho, Departamento de
História".

1.Mulher 2.Ciência Política 3. Política na Paraíba I. Título.
21. ed. CDD 305.4329

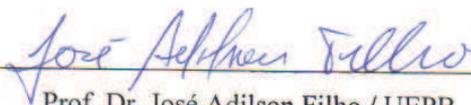
ANA CLÁUDIA FELICIANO DA SILVA

**A MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA: O PROTAGONISMO DE
MARIA DULCE BARBOSA (1947-1966)**

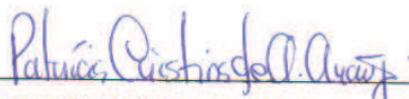
Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em História apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do grau de
licenciado em História.

Aprovado em: 27/02 /2014.

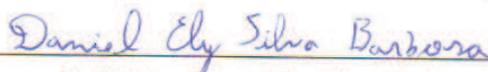
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. José Adilson Filho / UEPB
Orientador



Prof.^a, Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB
Examinadora



Prof. Msc. Daniel Ely Silva Barbosa / UEPB
Examinador

CAMPINA GRANDE-PB
2014

DEDICATÓRIA

À Maria Dulce Barbosa (in memoriam), por ter sido uma mulher de garra e disposição para tentar mudar o cenário ao qual estava inserida, nos deixando em vida para ser lembrada para sempre na História e nos corações daqueles que admiram e respeitam sua memória. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, por me iluminar e abençoar meus dias, transformando minha caminhada em uma trajetória mais satisfatória, por acalmar meu coração em momentos difíceis e de provas, e por proporcionar a cada dia sabedoria, discernimento, paciência e perseverança em meio aos meus estudos, pesquisas e na própria vida.

À minha família, em especial, a minha mãe, minha florzinha e essência da minha vida Ivonete Gomes que sempre apoiou, entendeu e encaminhou-me com seus conselhos para as melhores decisões, orientou e sempre acreditou passando a incentivar os meus estudos fielmente, devo tudo o que sou ao seu empenho em direcionar seus filhos para um futuro promissor através dos estudos.

Aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado, Júnior César, Kátia Juliana e Roberto César que quando puderam me apoiaram e ofertaram seus conselhos para qualquer tomada de decisões, a meu irmão Roberto César que também historiador, sempre que pôde me ajudou e assim compartilhamos questionamentos afins, que no sufoco cessava o que estava fazendo e se propunha a oferecer seus préstimos.

Aos professores da minha trajetória educacional, que com suas aulas me proporcionaram uma formação de qualidade. Aos professores do cursinho pré-vestibular Aprovação que serviram de exemplo para que eu pudesse concretizar meu desejo pelo curso de História. E aos professores do curso de História pela dedicação e profissionalismo.

Ao professor José Adilson Filho, por sua orientação e atenção durante os dias de produção, por acreditar em mim, como também por suas aulas nas quais eram empreendidas discussões que me ajudaram muito para compreender concepções fundamentais para formação no curso de História. Saiba que tens minha gratidão, respeito e admiração pelo seu trabalho e trajetória, um exemplo de profissional e ser humano.

Ao professor Daniel Ely Silva Barbosa, que apesar de não ter tido a oportunidade de ser sua aluna, saiba que tens minha estima e total admiração pelo seu trabalho, compromisso e respeito no que empreende a fazer, sempre compreendendo o lado do aluno e se mostrando prestativo e um excelente profissional. Obrigada por participar desse momento.

À professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo, que sempre com sua paciência, sabedoria, dedicação, delicadeza e compreensão, me proporcionou enxergar nas tessituras do curso de História a possibilidade de desempenhar um trabalho com responsabilidade,

navegando pelos mais íntimos recônditos dos saberes históricos, agradeço por despertar em mim o interesse por trabalhar com as questões de gênero. Obrigada pela confiança e respeito. Saiba que guardarei para sempre em minhas lembranças seu caráter, o ser humano e a profissional que és.

A sempre secretária da coordenação do Curso de História Socorro Moraes, a nossa Socorrinha, pela calma, atenção, prestação, amizade e respeito, saiba que serás para sempre lembrada em nossos corações, depois de sua aposentadoria ficamos órfãos.

Aos meus amigos e amigas nos quais empreendemos essa caminhada, é, foram quatros anos de muitas experiências compartilhadas e caminhadas, descobrindo e redescobrimo nas entrelinhas o significado da construção do que é ser historiador e hoje com a concretude dos nossos sonhos podemos olhar para trás e reconhecer como a nossa trajetória, nossos dias, foram difíceis, mas também prazerosos, e que nos nossos íntimos está o sentimento de que realmente tudo foi válido.

Em especial a minha amiga Hercília Andrade, que mais do que amiga é uma irmã para mim, são tantas as palavras dedicadas que chegam a se embaralhar em minha cabeça e transbordar em meu coração, mas começemos por um muito obrigada minha querida, em estar sempre disposta a me ajudar, pelos momentos de tormenta para além dos muros da Universidade, pelo apoio e compreensão no período de produção, és uma pessoa maravilhosa e humana, saiba que te admiro profundamente.

Aos meus entrevistados que nessa vida de turbulências e ocupações, cederam um pouco do seu tempo para me proporcionar colher informações para a constituição de minha pesquisa, muito obrigada ao senhor José Maria Vital Ribeiro, ao senhor Manoel Bento, a senhora Neusa Dantas, a senhora Maria Leda, a senhora Ivonete Gomes. Como também as instituições nas quais pude desenvolver a pesquisa o acervo Átila Almeida e ao IHGP.

Ao professor Ezequiel que teve toda uma atenção quando o procurei para colher material para a constituição de minha pesquisa, foi de todo préstimo e carinho, obrigada pela humildade e respeito. Ao meu amigo historiador Tiago dos Santos que sempre disposto me atendeu carinhosamente e assim compartilhamos conhecimentos e materiais.

Agradeço à todos que direta ou indiretamente contribuíram e estiveram presente em minha caminhada e história como também na concretude de minha pesquisa e que deixaram um pouco de si em mim e acredito que levaram um pouco de mim neles.

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

(Milton Nascimento – Maria, Maria)

RESUMO

Este trabalho aborda a inserção da mulher na política paraibana, fazendo uma articulação entre História, Gênero e Política. Nele discutiremos sobre como uma mulher imersa numa sociedade essencialmente regida por aspectos patriarcais invade o cenário político e se mantém frente à direção de uma cidade no interior da Paraíba, Queimadas 1962-1966. Nesse sentido, passaremos a entender e investigar as representações que a figura política Maria Dulce Barbosa irá construir para legitimar sua imagem no imaginário social local, servindo de instrumento para podermos entender quais as artimanhas que a mulher introduz no meio para poder se estabilizar efetiva, social e politicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Cenário Político. Imaginário social. Representações.

ABSTRACT

This paper addresses the integration of women in Paraíba policy, making a link between History, Gender and Politics. In it we discuss about how a woman essentially immersed in a society governed by patriarchal aspects invades the political scene and keep opposite direction of a town in the interior of Paraíba, Fires 1962-1966. In this sense, we will understand and investigate the role that political figure Dulce Maria Barbosa will build to legitimize their image in the local social imaginary, serving as an instrument in order to understand what tricks the woman enters the middle order to stabilize effective, social and politically.

KEYWORDS: Woman. Political scenario. Social imaginary. Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Foto 01- Folders da campanha para prefeita do município de Queimadas-PB-----	54
Foto 02- Dulce Barbosa em comício realizado em Campina Grande nos anos 50-----	60
Foto 03- Comício nas campanhas eleitorais de Queimadas-PB-----	62

LISTA DE SIGLAS

FBPF- Federação Brasileira pelo progresso Feminino.

PT- Partido dos Trabalhadores

ONU- Organização das Nações Unidas

APPF- Associação Parahybana pelo Progresso Feminino

FURNE- Fundação Regional do Nordeste

UDN- União Democrática Nacional

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

MDB- Movimento Democrático do Brasil

PL- Partido Liberal

PMDB- Partido do movimento Democrático do Brasil

PDT- Partido Democrático Trabalhista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	12
1-PODER, MULHER E PROTAGONISMO SOB NOVAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS--- -----	14
1.1- A Construção do Indivíduo através da produção de símbolos-----	17
1.2- Navegando entre as questões de gênero-----	19
1.3- As Ideias feministas: nascentes de uma nova era social-----	22
1.4- Nas entrelinhas da política paraibana-----	30
2- QUEIMADAS NA DÉCADA DE 1960: UMA CIDADE E SUAS VÁRIAS FACES---35	
2.1- Localização-----	36
2.2-Da origem à concretização de uma cidade-----	36
2.3-Nas tessituras da Evolução de uma Cidade no interior da Paraíba-----	38
2.4-As tradições festivas e culturais queimadense-----	41
2.5-Um pouco da Economia e Política queimadense-----	42
3- A FACE FEMININA NA POLÍTICA EM QUEIMADAS: O PROTAGONISMO DE MARIA DULCE BARBOSA-----	46
3.1-Primeiros passos para uma inserção efetiva no campo da política-----	48
3.2-Cenário político: a presença feminina nas estruturas de um município-----	51
3.3-Personalidade e construção de uma imagem a partir das representações sociais-----	57
3.4-O silenciamento da mulher na política queimadense-----	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	69
FONTES CONSULTADAS-----	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	72

INTRODUÇÃO

A escrita da História passa por várias mudanças no seu fazer teórico, metodológico e narrativo. Desta forma, empreender discussões acerca das relações de gênero é considerar a possibilidade de navegar por horizontes até então excluídos, e ao considerar a inserção da mulher no âmbito do poder político, pode-se abrir um campo de possibilidades inusitados.

Segundo Michele Perrot (1998, p.185), “o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiado como os locais exclusivos do poder”. Ou seja, a política é um espaço historicamente masculinizado, e as mulheres através de suas astúcias, apesar do silenciamento ao longo da História, de certa forma estão inseridas nas relações de poder que emergem nesse meio, procurando a partir de aberturas se estabelecer efetivamente na história como sujeitos.

Este trabalho aborda a história e o protagonismo de Maria Dulce Barbosa, uma mulher que viria a se tornar a primeira vereadora de Campina Grande-PB, e em seguida a primeira prefeita eleita do município de Queimadas-PB e a primeira prefeita do estado da Paraíba.

Queimadas, uma cidade do interior da Paraíba, foi emancipada no início da década de 60, período marcado por projetos e tradições da modernidade. Independente do município de Campina Grande, Queimadas será palco de disputas eleitorais e nele que Dulce Barbosa se consolida na política assumindo o cargo de poder mais importante numa cidade que é o de prefeito.

Nesse sentido, procuramos questionar como uma mulher consegue transitar e se manter em evidência em espaços hegemonzados pelos homens, se sobressaindo e logrando êxito em suas atividades e história política.

Pretendemos, pois, compreender como Maria Dulce Barbosa, se insere no cenário político, rompendo barreiras e se legitimando através das práticas e representações elaboradas em torno da sua personalidade feminina e política. Como Dulce Barbosa ascendeu ao poder e como permanece na percepção de algumas pessoas entrevistadas.

Identifico-me com as questões de gênero, e, por conseguinte, com o papel das mulheres na política. E como moradora do município observo que há um silenciamento historiográfico com relação à trajetória dessa mulher na política local, daí a nossa pesquisa ter a modesta pretensão de contribuir com as lacunas em torno de uma história tão pertinente ao interesse público e acadêmico.

Esta pesquisa apoiou-se nas contribuições teóricas da Nova História e da chamada Nova História Política, mediante o diálogo com autores tais como Michele Perrot (1988); Rachel Soihet (1997); Céli Regina Pinto (2003); June Hahner (1981); Bronislaw Baczko (1985); Georges Balandier (1982); Michel de Certeau (1994), entre outros.

Quanto às fontes, utilizamos o jornal Diário da Borborema entre os períodos de 1947-1966, por ser justamente a temporalidade em que Dulce Barbosa esteve inserida e atuante na política paraibana, dando um suporte essencial para as investigações. Também fizemos algumas entrevistas com homens e mulheres da cidade de Queimadas, cujas vidas e experiências foram direta e indiretamente atravessadas por fatos e lembranças advindas de relações com Maria Dulce Barbosa. Trata-se de pessoas com diferentes perfis sociais, o que contribui para a variedade das representações.

Desta feita, optei por dividir esse trabalho em três Capítulos. No primeiro, discutimos acerca de como a Nova História Política permite a inserção de novas temáticas em seu enredo, possibilitando interagir com outros campos do saber, nesse ponto, buscou-se desenvolver a temática em questão legitimando os aspectos historiográficos da pesquisa, empreendendo uma discussão sobre o sufrágio universal e o movimento feminista e como estes delimitaram a conquista pelos direitos femininos acerca da cidadania no Brasil e na Paraíba.

No segundo Capítulo, pretendemos desenvolver uma cartografia da cidade de Queimadas, apontando suas várias feições e como esta se constitui enquanto cidade a partir da década de 60 quando se emancipa politicamente, se configurando para disputar lugar entre as cidades produtivas da época e se transformando no cenário no qual Maria Dulce Barbosa de validará enquanto política.

No terceiro Capítulo, nos propomos discutir e explorar o protagonismo de Dulce Barbosa em meio a um cenário patriarcal e excludente, que é a política. Direcionando o nosso olhar para os embates entre grupos da época, e, sobretudo, as estratégias para manutenção de sua inserção e consolidação na trama política.

CAPÍTULO I

1- PODER, MULHER E PROTAGONISMO SOB NOVAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS.

A História política viveu seu momento de prestígio durante o século XIX. A historiografia dominante focava-se no Estado, nos fatos e nas vidas dos homens considerados ilustres, promovendo assim, uma sacralização elitista da história, desconsiderando as massas e os segmentos sociais subalternizados. No entanto, com a inserção dos *Annales*¹, configuram-se as críticas, em sua forma mais radical, no intuito de promover mesmo que simbolicamente os setores marginalizados pela historiografia tradicional, e questionar o velho modelo, a história política, como símbolo perfeito das mazelas que atingiam o exercício historiográfico.

René Rémond pondera que esta condenação radical advém do fato de que “esses avanços se operaram muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior” (RÉMOND, 2003, p. 13-14). Portanto, à história política e à política, foram atribuídos os estigmas mais nefastos das antigas tradições.

Entretanto, foi a partir dos anos 60 que gradualmente ocorreu o retorno da política, agora uma história política renovada, acompanhando as novas perspectivas historiográficas. Esse tipo de história sofreu revisões teórico-metodológicas marcando uma reabilitação da história política, atendendo requisitos antes reivindicados que seria a integração de todos os atores, a proximidade com outras disciplinas como também o reconhecimento de outros campos de poder que não apenas o Estado, desta maneira, a história política havia chegado a um novo momento, apoiada em outros fundamentos teóricos, possibilitou-lhe nova fundamentação, sentido e método.

A Nova História amplia a pesquisa histórica pelo alargamento de suas fontes e pelo diálogo com outras ciências sociais que, ligadas ou não a política viabilizam e aprofundam novas análises. Segundo José D’Assunção Barros,

Os objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Nesse sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir de 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido. (BARROS, 2004, p. 107).

¹A Escola dos *Annales* foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista *Anais de História Econômica e Social*.

Desta forma, além de se trabalhar com os objetos de pesquisa da História Política Tradicional que seria o Estado e os seus líderes, esse novo paradigma da política na história, lançava novas bases para a historiografia contemporânea, cujo núcleo passou a ser a sociedade e a participação do exercício do poder, sobretudo, de novos sujeitos.

O poder nesse sentido não estaria só no Estado, mas a esfera política seria ampliada para uma diversidade de atores e seus discursos, suas estratégias de se manter no poder ou resistir a ele. A partir dessa nova perspectiva na história política é perceptível a inserção de novos conceitos e abordagens.

A representação, enquanto conceito se introduz no campo da política, ofertando novas dimensões para se analisar as disputas coletivas pelo poder, oportunizando a inclusão de personagens dentro ou fora do estado. As representações por sua vez mantêm contato direto e efetivo com a cultura, desta forma aproximando história cultural à história política, demarcando assim, uma renovação na pesquisa historiográfica. Essas mesmas representações irão decorrer de mudanças epistemológicas que orientam a postura do historiador, fundamentando esse novo olhar da História no campo da história cultural, que de certa maneira influenciará a perspectiva da história política renovada.

A categoria central da história cultural é a representação, incorporada no início do século XX, por Marcel Mauss e Émile Durkheim². Nesse sentido, Sandra Pesavento aponta que,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocaram no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 39).

Nesse sentido, esse conceito de representação traz a tona algo que não está presente, assumindo no plano conceitual a ideia de ter consciência do externo ao indivíduo, a leitura de algo que se apresente no real. O documento é o indício do fato, reconstituição a partir do olhar de quem faz o relato, sendo assim, uma representação do real. Desta forma, o estudo das

²Mauss e Durkheim estudaram, nos povos primitivos atuais, as formas integradoras da vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo. Expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas.

representações propicia a compreensão que uma sociedade faz de si própria e suas variações no decorrer do tempo no âmbito político e cultural.

Rodrigo Patto Sá Motta , entende que a história política atual assumiu duas vertentes. “Uma que renova os estudos da política clássica, acrescentando as práticas e comportamentos coletivos, mas mantendo o enfoque nas instituições e movimentos políticos. A outra vertente supera o enfoque clássico, trabalhando com a política também em seus aspectos inconscientes, fazendo forte ligação entre história e cultura” (MOTTA, 2009, p. 21). A partir desses aspectos, Motta ainda prevê que trabalhar com cultura política requer como objeto fenômenos políticos caracterizados por um conjunto de elementos partilhados por um grupo com normas, valores, atitudes, crença e imaginário.

Nesse sentido, Cultura política estaria explicitada no sentido de instituir um conjunto de pessoas que partilham e informam o modo de perceber e agir politicamente, ou seja, representações amplamente disseminadas de uma tradição política. Em outras palavras:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21).

A cultura política visualiza meios para se organizar de forma mais eficiente a complexidade humana diante das relações de poder, os atos políticos e suas motivações. Desta maneira, pode-se enfatizar a relevância das representações como elemento definidor de uma cultura política.

Revestida de um caráter dinâmico, uma cultura política necessita que se elabore e socialize que se introduza nos atores sociais, implicando uma análise temporal duradoura, superando a curta duração das análises políticas clássicas, contudo, é importante ressaltar que a cultura política não exclui essa vertente tradicional, mas sim, apresenta uma nova perspectiva, superando o poder apenas no campo institucional, ao mesmo tempo em que incorpora outros enfoques.

1.1-A Construção do Indivíduo através da produção de símbolos

Desde os anos 1970 a Nova História Política tem desenvolvido considerações teóricas originais para contribuir na compreensão global das subjetividades constitutivas das manifestações de poder. Tendo em vista que essa nova historiografia empreende um esforço particular na recuperação de universos simbólicos que organizam as visões de mundo em uma determinada época. Paulatinamente, o domínio do imaginário e do simbólico passou a ser visto como um importante lugar estratégico de qualquer força política.

A imaginação social deixou de ser considerada como um mero ornamento de uma vida material - tradicionalmente considerada como a única “real” - e, ao contrário, percebeu-se que as imagens de caráter mobilizador são condições fundamentais da própria atuação das forças. Novas perspectivas de análise deixaram evidente que os símbolos e as representações guiam ações, modelam comportamentos, canalizam energias e, em última instância, legitimam violências. Como explica Bronislaw Baczko, “Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio” (BACZKO, 1985, p. 298).

Conflitos simbólicos entre poderes concorrentes estimularam o desenvolvimento de novas estratégias de combate no domínio do imaginário. Em princípio, essas lutas tinham por objetivo, por um lado, a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando acima de tudo invalidar sua legitimidade, por outro lado, enfatiza o autor Baczko, “buscava-se exaltar, através de representações grandiloqüentes, o poder cuja causa defendiam e para o qual almejavam conquistar o maior número de adesões” (BACZKO, 1985, p.300). Dessa forma, a invenção de novas técnicas implicou em uma manipulação cada vez mais sofisticada e especializada da imaginação social.

Nesse sentido, partindo da consolidação da representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua razão de ser. O imaginário social torna-se, nessa perspectiva, uma das principais forças reguladoras da vida coletiva e constitui-se em um instrumento eficaz no dispositivo de controle da vida coletiva no exercício da autoridade. Ainda segundo Baczko aponta que

Os imaginários sociais irão fornecer um sistema de orientações "expressivas e afetivas" que apresentam-se em forma de estereótipos relativos a imagem do indivíduo perante seu grupo social; dos grupos sociais em relação à sociedade

global; da sociedade global em relação aos 'outros' de seu meio envolvente e assim por diante, simbolizando uma cadeia. (BACZKO, 1985, P. 302)

Seguindo a discussão o antropólogo Georges Balandier em sua obra "O poder em cena" mostrou que, subjacente às formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes, encontra-se sempre presente, governando nos bastidores, um tipo de poder que ele chama de "teatrocracia"³. Para o autor, todo poder político procura obter subordinação por meio da encenação. O governo estabelecido unicamente pela força parece ter sua existência constantemente ameaçada, pois a opressão explícita é uma permanente inspiração para revoltas. O poder organizado exclusivamente pela razão, por sua vez, torna-se frágil porque não possui caráter mobilizador e, por isso, carece de credibilidade e legitimidade.

Assim, na tentativa de conferir autenticidade aos governos, percebe-se que técnicas dramáticas clássicas do teatro são sistematicamente empreendidas na direção política da cidade. A necessidade que o governante tem de expor-se como um "ator político" está ligado a uma ritualização de conquista e conservação de poder, pois, tendo em vista as limitações concretas do cotidiano do governo, somente em uma representação idealizada o líder poderá corresponder às características míticas que seus governados desejam encontrar nele. Reside aí a importância de perceber que o controle social não se mantém apenas pelo "domínio brutal" ou pela "justificação racional", mas também pela "produção de imagens" e pela "manutenção de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial".

Um candidato ao cargo supremo não pode irromper, surgir do desconhecido, a não ser em circunstâncias excepcionais que façam dele um herói e salvador. A partir dessa observação, Balandier procura enfatizar

Que é precisamente o "mito do herói" que exprime a teatralidade política com mais intensidade, pois esta personagem engendra uma autoridade mais 'espetacular' do que rotineira e, por isso, conta com um fervoroso poder de mobilização. (...) os momentos realmente espetaculares, encontram-se nas crises políticas – *locus* imprescindível à mítica do surgimento do herói, que costuma ser reconhecido como tal não em função de sua capacidade e competência, mas sim em virtude de sua força dramática. O herói aparece, age, provoca a adesão e recebe o poder. A surpresa, a ação e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão vida. (BALANDIER, 1982, P. 16)

Dessa forma, o agente protagonista do cenário político passa a estar enredado em tramas que o fará se apropriar dos poderes que a ele será designado de maneira efetivamente positiva. Ainda segundo o autor, "O poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua

³ Um dispositivo de poder destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelo teatro. "O grande ator político comanda o real através do imaginário". (BALANDIER, 1982)

entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções)” (BALANDIER, 1982, p.10). Assim, vemos que o poder público não aparece apenas em circunstâncias excepcionais, ele deve ser imortalizado em matéria imperecível, precisa ser expresso em criações que manifestam sua personalidade e seu brilho. O poder dirige, nas palavras de Balandier, uma “política de lugares” e obras monumentais. Ele arranja, modifica e organiza, segundo as exigências dos proveitos econômicos e sociais de que é guardião, mas, também, para não ser esquecido e para criar condições para suas comemorações futuras. Certos lugares exprimem o poder e impõem seu ar sagrado melhor do que qualquer explicação.

Sendo assim, qualquer universo político é um cenário (ou um lugar dramático) em que são produzidos efeitos. O que mudou foram as técnicas que podem ser utilizadas de acordo com os tipos de sociedades. E nesse gigantesco espetáculo que o homem se auto proporciona, regimes políticos de tendência pluralista tendem a fazer um uso mais complexo e diversificado das novas tecnologias políticas capazes de potencializar as velhas vaidades humanas.

1.2- Navegando entre as questões de gênero

Os historiadores anteriores aos Annales foram criticados pelas feministas por terem deixado a mulher fora da história, ou ainda, por perderem a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais efetiva, já que sempre mencionavam as mulheres de tempos em tempos. Desta forma, Georges Duby e Michelle Perrot, estiveram empenhados em organizar uma história da mulher em várias produções.

Michelle Perrot que se dedica a analisar a situação da mulher na Europa, em especial na França. A autora enfatiza que:

História, muitas vezes, a mulher é excluída (...), o ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino, os campos que abordam são os da ação e do poder masculino, mesmo quando anexam novos territórios. (...) o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder. (PERROT, 1998, p.185).

Contudo, a autora Rachel Soihet em “História das Mulheres” aponta que,

Nas últimas décadas do século XX, a história das mulheres tem sofrido um surto de interesse pelos pesquisadores que têm descoberto novas temáticas e se interessado por grupos sociais “(...) até então excluídos do seu interesse (...). Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural (...). Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. (SOIHET, 1997, P. 275).

Soihet e Perrot, cada uma com suas particularidades, apontam para o predomínio das imagens que se atribuíam às mulheres, e que, de uma forma geral, continuam enraizadas no nosso imaginário ao falarmos de mulheres nos tempos passados, a saber: a imagem de vítima, de oprimida. Perrot ainda alerta que é preciso “desprender-se dessas imagens criadas, pois moldam a história dentro de uma visão dicotômica do masculino e feminino: o homem criador / a mulher conservadora, o homem revoltado / a mulher submissa” (PERROT, 1998, p.186). Imagens que, não se pode negar, encontram-se instituídas no imaginário ocidental até os dias de hoje.

A autora Joan Scott, no clássico artigo “História das Mulheres”, esclarece que “(...) a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava faltando”. Scott considera que:

(...) a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história (...). Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco (...), por isso reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. (SCOTT, 1992, p.75)

No intuito de procurar dar visibilidade à mulher na história do Brasil, a autora Mary Del Priori vai buscar no período colonial as raízes do “machismo” e dá uma boa visão dos estereótipos perpetuados na história do nosso país sobre as mulheres. Segundo suas palavras: “desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado a mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade” (PRIORE, 1988, p.12). A autora traça um panorama de extrema relevância se transportado ao cenário da

política local, onde os homens eram quem dominavam a essência de representar uma sociedade politicamente, prevalecendo nesse sentido o patriarcalismo que vem de tempos em tempos ocupando predominantemente o âmbito público ao mesmo ritmo em que excluirá quem não se adéqua ao meio, que seria a mulher.

Por sua vez, Céli Regina Pinto entende que “o movimento feminista foi organizado para lutar contra uma condição, condição esta dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo” (PINTO, 1992, p. 132). Desta forma, há muito mais do que podemos perceber acerca das discussões que envolvem gênero, a mulher que sempre foi proposta como excluída, agora invade os cenários não só da história mais de outros saberes, como protagonista, responsável por proliferar cultura, com seus gestos e toques tão peculiares que chegam a marcar com profundas características o passar dos períodos e das histórias. A visibilidade das mulheres foi uma conquista inegável de pesquisadores, historiadores e militantes, condição necessária para uma postura de questionamento dos procedimentos habituais das ciências humanas.

Portanto, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais, sendo assim, estando ligada a questão da desigualdade e do poder. Marcadas então, pelas práticas discursivas construídas ao longo do tempo em determinadas sociedades e realidades sociais, expondo desta forma, que a construção deturpada acerca do feminino foi uma questão histórica apresentada e moldada a partir das relações de poder, mas que essas representações passam a ser desmistificadas, quebrando com a perspectiva de que a mulher sempre esteve em colocações inferiores aos dos homens, estando submissa as suas vontades em todas as sociedades.

Nesse sentido, as pesquisas que pairam sobre as mulheres deve-se ater a uma perspectiva de que há uma parceria entre os indivíduos no ciclo de uma sociedade, ninguém passa a agir sozinho, essa quebra no pensamento através dos novos estudos, mostram que a importância das mulheres na composição social e cultural nas sociedades sempre procurou ao longo do tempo exaltar a imagem masculina enquanto dominante, mas que haverá uma ruptura nesse pensamento cedendo o devido espaço e colocações que as mulheres merecem nessa reconstrução de concepções do social.

1.3- As Ideias feministas: nascentes de uma nova era social

Segundo Geneviève Fraisse e Michelle Perrot em “História das Mulheres no Ocidente”, os movimentos feministas do século XIX e início do século XX, “buscavam a transformação da condição da mulher na sociedade através, principalmente, da luta pela participação na cena eleitoral”. Contudo, o século XIX sempre fora caracterizado enquanto triste, sombrio e opressivo para as mulheres, porém é nele que nasce o feminismo que representará importantes mudanças estruturais em suas vidas, marcando assim o aparecimento coletivo das mulheres na cena política. De tal modo que seria melhor denominar o século XIX como o momento em que a “(...) perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã” (FRAISSE; PERROT, 1991. P.09).

O ideário positivista que prevaleceu durante a maior parte do século XIX de certa forma serviu para cristalizar comportamentos já existentes na sociedade ocidental e dar uma evidência, talvez inusitada, ao papel que cada indivíduo deveria desempenhar numa sociedade. Enquanto aos homens era definido um lugar de posição e destaque na sociedade, às mulheres restavam o recolhimento no lar e a educação moral dos filhos. Logo, nesse sentido, entende-se que o século XIX pode então ser considerado como o século em que a ordem do mundo e o lugar que as mulheres desempenhavam nele tiveram seu papel reforçado e ao mesmo tempo contestado. Levando a uma visibilidade até então desconhecida das diferenças impostas ao comportamento do homem e da mulher e às contestações sobre o porquê da não-inclusão das mulheres no mundo político.

Foi então no século XIX que ocorreu um recrudescimento do papel da mulher na sociedade. Momento em que também elas começaram a se organizar de forma mais sistematizada para contestar e reivindicar um posicionamento participativo perante a sociedade.

As autoras Carla Pinski e Joana Maria Pedro na obra “História da Cidadania” salientam que os argumentos propalados contra o voto feminino e contra a participação da mulher em qualquer outro assunto de ordem pública, eram de que “o exercício do voto por parte das mulheres, traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções ‘naturais’, ou de que a natureza feminina as torna incapazes de escolher racionalmente” (PINSKI; PEDRO, 2003, p.508). Assim, a imagem propagada pela cultura vigente no ocidente foi o ideal do

homem como um espécime exemplar, forte, provedor e protetor do lar, em contrapartida à mulher frágil, passiva, doméstica, suave, zeladora do lar. Subjugando a mulher e a excluindo de todo e qualquer direito de se inserir nas áreas e modalidades sociais a que estivesse disposta a conquistar.

Por sua vez, a imprensa contrária a “mulher moderna” buscou também ridicularizar a luta pela emancipação feminina. Utilizava os recursos de que dispunha para tentar conter o avanço de certos comportamentos, entre estes da zombaria⁴. “O recurso da ironia e da comédia foi um poderoso instrumento para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher” (SOIHET, 2009, p.15). “As feministas, as literatas e todas aquelas que fugiam ao estereótipo feminino tradicional são apresentadas, contraditoriamente, como feias, supremo pecado da mulher, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos” (SOIHET, 2005, p. 310). Assim, devido ao tom debochado que a imprensa retratava as mulheres e seus anseios, não foram poucas as que rejeitaram a luta feminista e aceitaram o discurso conservador. Entretanto, também existiram mulheres que não se deixaram intimidar e continuaram a lutar por sua emancipação.

Eric Hobsbawm na obra “A Era dos Impérios: 1875-1914” destaca que, no final do século XIX, tanto a economia quanto a política estavam nas mãos masculinas sendo que:

À medida que a democratização avançava e o direito de voto – local e nacionalmente – era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafês onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava). (HOBSBAWM, 2003, p.280).

Hobsbawm também aponta três significativas mudanças ocorridas no final do século XIX que teriam influenciado de forma decisiva as aspirações femininas que seria a expansão da educação secundária para as meninas, uma maior liberdade de movimento adquirida por elas, dentro da sociedade - aqui incluída a participação no mundo dos esportes e a atenção

⁴A Zombaria, portanto, se constituirá no instrumento preferencial para a deslegitimação do feminismo. Os estudos sobre zombaria são tributários daqueles do riso e, nesse particular, destaca-se a contribuição de Mikhail Bakhtin. Em sua obra, inspirada em Rabelais, Bakhtin enfatiza a significação positiva, regeneradora, criadora do riso, já presente em teorias de filósofos da Antiguidade, e que culmina na Idade Média e no Renascimento com o seu caráter utópico dirigido contra toda forma de hierarquização social. Somente a partir do advento da sociedade burguesa é que o cômico tornar-se-ia uma arma ideológica, e o caráter moralizante e hierarquizante, a característica definidora da sátira moderna, burguesa, diferenciando-a da medieval da medieval e renascentista. (BAKHTIN, 1987).

pública acentuadamente maior concedida às mulheres, como um grupo que possuía interesses e aspirações especiais como pessoas, como a criação de um mercado especial voltado para as mulheres. Foi assim que, no final do século XIX, as mulheres conseguiram ultrapassar algumas das fronteiras que lhe eram impostas.

Hoje, em pleno século XXI, quando as mulheres ocidentais já exercem efetivamente seus direitos e deveres usufruindo determinados aspectos sociais, culturais e políticos existentes na sociedade, a exemplo do seu direito ao voto, é difícil imaginar que o simples ato de comparecer a uma sessão eleitoral já foi considerado um absurdo. O sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX. Países como França e Itália só concederam tal direito e sem nenhuma pré-condição na década de 1940, já Portugal e Suíça somente trinta anos depois, na década de 1970. O Brasil é um dos pioneiros na concessão do voto para as mulheres na América Latina. Em 1932, com a reforma do Código Eleitoral, através do Decreto nº 21.076, foram aqui instituídos a Justiça Eleitoral, o sufrágio universal direto e secreto e o voto feminino⁵.

O direito ao sufrágio tornou-se na viragem do século o eixo principal da luta feminista, a autora June Hahner em “A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas”, salienta que o feminismo “(...) abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico, diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade” (HAHNER, 1985, p. 21).

Céli Regina Pinto, enfatiza que o movimento feminista no Brasil pode ser apreendido em dois momentos, o primeiro da virada do século XIX para o século XX até 1932, quando as mulheres brasileiras adquiriram o direito de votar (quando o movimento praticamente se extingue no Brasil) e o seu ressurgimento na década de 60, mais especificamente pós-1968. Para a autora:

(...) este longo período de tempo que se estende de 1932 até as primeiras manifestações nos anos 1970, foi um momento de refluxo do movimento feminista. O movimento liderado por Bertha Lutz ainda tentou algumas intervenções no período pós-1930 e na breve experiência constitucional interrompida com o golpe de 1937, após este ano o movimento praticamente morre. (PINTO, 2003, p. 10)

⁵Desde a criação da Justiça Eleitoral (1932) o Brasil mudou o Código em quatro ocasiões: em 1935, Lei nº 48, de 04.05.1935; 1945: Decreto-Lei nº 7586, de 28.05.1946 que restabeleceu a Justiça Eleitoral; em 1950, Lei nº 1.164, de 24.07.1950 e 1965, Lei nº 4.737, de 15.07.1965 que está em vigor até hoje.

De forma tal que as lutas e manifestações esparsas das mulheres até a metade do século XIX cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O sufrágio universal surge como uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século XIX, mas ela não incluía o sufrágio feminino. Como lembra Letícia Bicalho Canêdo

Foi o aparecimento do voto individual masculino que trouxe uma visibilidade sem precedente para a separação política entre os homens e as mulheres, em razão da não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. Mais do que a exclusão, (...) é a não-inclusão que começou a ser questionada e se transformou em luta política parlamentar e, sobretudo, intelectual. (CANÊDO, 2005. p.19).

Esta foi uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes, foi uma ação longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. No Brasil, prolongou-se por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891. Deste modo é na virada para o século XX, que ocorrerá a ênfase principal da luta feminista que foi pelo direito ao sufrágio.

Autoras como Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy consideram que a luta pelo direito de participar da cena eleitoral no Brasil não teve as mesmas características de movimento de massas, como nos Estados Unidos e Inglaterra, destacando que, no caso brasileiro,

(...) ele iniciou-se bem mais tarde, em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembléia Constituinte de 1891. (...) o direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos Estados. Desta forma quando, em 1932, Getúlio Vargas promulga o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do País. (ALVES; PITANGUY, 1984, p. 47-48)

Nas primeiras décadas do século XX as movimentações feministas se apresentaram em torno do direito de lutar pelo espaço da mulher na sociedade, onde a questão feminista se pautava na luta pelos direitos políticos sob o viés de votar e ser votada, ou seja, as primeiras manifestações ocorridas nesse meio foram para reivindicar o direito pela cidadania em seus aspectos mais simples.

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho em sua obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho” enfatiza que o ideal da cidadania plena que combina liberdade e participação e igualdade para todos, desenvolvida no Ocidente, tem servido “(...) de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico, por

costume desdobra-se a cidadania em direitos civis, políticos e sociais” (CARVALHO, 2004, p. 09). Portanto, seguindo esse pensamento, as mulheres no Brasil poderiam ser qualificadas até 1930, enquanto cidadãs incompletas, já que claramente não usufruíam ao mesmo tempo desses três direitos, em específico o político, ou seja, Carvalho ainda pontua que “em geral quando se fala em direitos políticos é do direito de voto que se está falando”. Logo, pode-se enfatizar que uma das formas mais efetivas e comuns para se compreender essas questões de participação política seria justamente através do voto.

No movimento feminista que surgiu no Brasil, as feministas também almejavam o reconhecimento do seu direito a participar da vida pública e política do país, mas sempre garantiam que esse novo papel em nada afetaria sua feminilidade e suas tarefas domésticas e maternas. Desta maneira, surge um “feminismo bem comportado⁶”, segundo a denominação de Céli Regina Pinto, que defendia mudanças menos drásticas e traumáticas nos papéis e atitudes das mulheres, lutando primeiro pelo direito ao sufrágio pela via legal. A autora também identifica que “a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras”, e salienta que,

Se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. (PINTO, 2003, p. 26).

Desta forma, o movimento em prol do voto feminino no Brasil adere ao movimento igualitário, buscando o reconhecimento da mulher como cidadã pelo caminho legal.

Mesmo apesar da Proclamação da República ter dado esperanças às mulheres que almejavam conquistar um espaço maior de participação na vida política do país, esta lhes foi negada temporariamente. Contudo, não se pode negar que foi nos anos iniciais da Primeira República que se abrem as discussões em torno do voto feminino, principalmente na

⁶É uma tendência que teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Essa tendência de feminismo "bem comportado" serve para sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher. Nesse sentido, a luta para a inclusão das mulheres à cidadania não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade. (PINTO, 2003, p. 25).

imprensa. Já em 1918 com a aparição de Bertha Lutz⁷ no mundo público, as brasileiras passaram a se organizar de uma forma mais sistemática para fazer frente aos argumentos contrários à inserção da mulher no mundo político.

Em sua estada na Europa, Bertha Lutz tomou contato com as idéias feministas, o que a fez fundar, no ano de 1918, no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina, que tinha por princípio não ser

(...) uma associação de ‘sufraguetes’ para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitadamente das prerrogativas do seu sexo, aproveitando dos instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com Ela. (LUTZ, Bertha apud SOIHET, Rachel, 2006, p.176)

Por sua vez, é propício no momento mencionar acerca daquele “feminismo bem comportado”, anteriormente citado e que se pautava em seguir por mudanças menos drásticas e traumáticas nos papéis e atitudes das mulheres, perseguindo primeiramente a idéia pelo direito do sufrágio pela via legal. Logo, podem-se perceber com isso, as artimanhas e astúcias nas quais as mulheres se enredavam para tentar não contradizer a ordem vigente da sociedade da época e de certa forma ganhar seus espaços, já que uma luta mais ampla e severa poderia não encontrar uma aceitação entre o público feminino e masculino, os quais estavam se interessando e considerando cabíveis as reivindicações femininas.

A Liga para Emancipação Intelectual da Mulher ou Liga pelo Progresso Feminino criada em 1918, transforma-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)⁸. Segundo Branca Moreira Alves,

Sua origem liga-se à viagem feita aos E.U.A, por Bertha Lutz, como representante brasileira à Conferência Pan-Americana de Mulheres (...) Dessa forma, diretamente inspirada pelo movimento americano de cunho tradicional, foi fundada a FBPF. A idéia de Bertha Lutz era formar uma federação que incluísse diversas associações de mulheres. (ALVES, 1980, p. 110).

⁷Bertha Lutz é sempre apresentada como a líder incontestada do movimento feminista brasileiro. Essa paulista nascida em 1894 era filha de Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical, e Amy Fowler, enfermeira inglesa. Diplomou-se em biologia na Universidade de Paris, e em direito na Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1919, concorreu, com êxito, a uma colocação de secretária no Museu Nacional no Rio de Janeiro, tornando-se a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro.

⁸A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma organização fundada em 9 de agosto de 1922 em prol dos direitos da mulher, principalmente por iniciativa da líder feminista brasileira Bertha Lutz, e sediada no Rio de Janeiro.

Apesar dos entraves, a partir da década de 1920 a luta das mulheres brasileiras tomou um rumo mais direcionado, com a FBPF liderando o movimento. Uma peculiaridade do movimento brasileiro é que ele não teve as mesmas características do movimento ocorrido nos Estados Unidos ou na Inglaterra, como também, deve-se considerar que a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil não esteve ligada a nenhum partido político ou a qualquer outro movimento social, que não o liderado por Bertha Lutz. E que,

A campanha pelo sufrágio feminino do Brasil (...) mostrou-se maior e mais bem organizada que a maioria dos que se seguiram na América Latina. O direito de voto às mulheres no Brasil pode ter dependido dos homens, como ocorreu em maior ou menor escala em todos os países, mas as brasileiras, ao contrário de suas irmãs de alguns países da América espanhola, não tiveram o voto simplesmente entregue pelas mãos dos líderes masculinos conservadores que as vissem como uma força para a manutenção do status quo (HAHNER, 1981, p. 120).

Após anos de lutas das mulheres pelo direito da conquista ao voto em um processo de democratização longo e duradouro e a ascendência de políticas de ação afirmativa no mundo, esperava-se um resultado de representatividade maior por parte do gênero feminino nos cargos eletivos.

Na medida em que se identificava a assimetria existente entre mulheres em relação aos homens no âmbito político, novos questionamentos e discussões iam surgindo. Nas décadas de 80 e 90 há a necessidade de um equilíbrio maior de gênero nos governos, alavancou incisivamente propostas de ação afirmativa através de políticas de cotas, acreditando alcançar resultados significativos na redistribuição da incumbência pública. Em um processo eleitoral a lei de cotas pode ser empregada em duas fases distintas, desde a garantia de cotas nas candidaturas através dos partidos políticos antecedendo as eleições, até a distribuição de cadeiras no parlamento, assegurando um determinado percentual de vagas para gêneros.

No Brasil, os partidos de esquerda foram pioneiros ao estipular cotas para as mulheres nas direções internas e principalmente para as candidaturas aos cargos legislativos. O PT (Partido dos Trabalhadores) foi pioneiro na aplicação de cotas para as mulheres internamente nos órgãos de direção partidária em 1991. Partido o qual surgiu com uma base feminista atuante, visando uma construção partidária com uma essência diferenciada também no que tange às relações de gênero, conforme parte de um documento do Núcleo de Mulheres do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro com data de 1986:

(...) queremos um partido que encare a sexualidade como questão política, um partido que seja uma organização de poder que demonstre na prática, na forma de organizar e agir, a transformação das velhas relações de hierarquia patriarcal, autoritária, machista, que sabemos são reproduzidas por homens e mulheres de qualquer condição social. (BORBA, 1998, P. 169).

Em setembro de 1995 a China sediou em Pequim a IV Conferência Mundial sobre a Mulher⁹, evento o qual foi financiado pela ONU e tinha o propósito de destacar e incentivar a política de cotas no cenário mundial visto as dificuldades e resistência que várias nações ainda apresentavam quanto ao tema.

No Brasil em 1995, a então deputada federal Marta Suplicy, representante do Partido dos Trabalhadores, apresentou um Projeto de Lei de Cotas para mulheres através das candidaturas nos partidos políticos, o texto do projeto previa a reserva de 30% no âmbito nacional de vagas nas candidaturas aos cargos legislativos em todo o país e tinha como meta amplificar a representação política feminina. A proposta contou com apoio em massa da ala congressista feminina, no entanto, o projeto passou por reformulações e o texto sancionado não contemplou uma reserva nas candidaturas dos partidos, a alteração previa uma cota complementar para as mulheres.

Ficou então estabelecida a Lei 9.100/95 que estipulava cota mínima de 20% para candidatura de mulheres nas eleições municipais. Posteriormente, no ano de 1997, uma nova lei eleitoral foi aprovada a Lei n. 9.504/97, essa com o intuito de garantir cotas para as mulheres também nas candidaturas de âmbito estadual e federal. A lei também rege o aumento do número de cotas mínimo de 30% e máximo de 70% para qualquer um dos gêneros. Apenas em 29 de setembro de 2009 foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei 12.034, que alterou a Lei dos Partidos Políticos, o Código Eleitoral de 1965 e a Lei 9.504/97, nesse novo texto, os partidos passam a ser obrigados a preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, visto que o texto anterior constava apenas a reserva das vagas e a agora passa a vigorar o caráter obrigatório.

Cabe ressaltarmos as possibilidades que este marco legal, enquanto um direito positivado poderá trazer para a garantia de maior participação política da mulher. No entanto, tal perspectiva não poderá se abster aos marcos legais, pois é necessário construir

⁹Tal evento foi de suma importância para a aplicação e reconhecimento legal da política de cotas no cenário brasileiro. Após a Conferência e impulsionada pelas demonstrações de experiências que obtiveram êxito em outros países, a bancada feminina no Congresso Nacional colocou em pauta um projeto de lei que assegurasse um percentual de vagas de cada partido para as candidaturas de mulheres. (BORBA, 1998)

possibilidades de efetivação deste direito. Para tanto, a desmistificação da concepção cultural da incapacidade feminina de representar a população, se faz necessário em nossa sociedade.

1.4- Nas entrelinhas da política paraibana

Apesar das mudanças culturais, políticas e sociais ocorridas no cenário nacional nos últimos anos, o Brasil ainda conserva valores culturais de cunho conservador e patriarcal. Atitude conservadora e autoritária pode-se detectar, inclusive, no âmbito do poder político, podendo-se afirmar que estes fatores contribuem para a pequena presença das mulheres na política. Desde 1932, após Getúlio Vargas aprovar o novo código eleitoral, que estendeu às mulheres o direito ao voto, o crescimento no engajamento político das mulheres refletiu-se, por sua vez, no Estado da Paraíba, na fundação da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino- APPF¹⁰, em Fevereiro de 1933.

Devido ao Golpe de 1937 que instituiu no Brasil o Estado Novo, não houve eleições no País nesse período, desta forma, apesar do caráter bem comportado que marca a primeira onda do movimento feminista no Brasil, as organizações de mulheres perderam força e praticamente desapareceram sob a influência do medo e da perseguição política que vigoraram no País. Contudo, segundo a autora Glória Rabay “já em fins de 1945, com a queda de Vargas, vem ocorrer eleições para a Constituinte de 1946. Apesar de ter havido 18 candidaturas femininas e entre elas duas paraibanas, nenhuma mulher foi eleita” (RABAY, 1996, p. 204).

No âmbito do poder executivo municipal, há uma lenta inserção da mulher na política paraibana. Tendo em vista que mesmo lentamente esta presença foi crescendo conforme os anos foram se passando, é considerável enfatizar que a participação política nesse território é caracterizada não só como um espaço de reduto masculino, mas também é um espaço de lutas entre grupos políticos rivais, tradicionais em sua construção de capital político. Portanto, é importante ratificar a presença feminina a partir do campo dos valores

¹⁰ A Associação Parahybana pelo Progresso Feminino participou ativamente da vida política e cultural paraibana. Além da atuação na imprensa, a entidade atuou em muitas campanhas humanitárias e em obras sociais. Composta de mulheres da elite pessoense, contava com o apoio do Governo e da imprensa. Mesmo assim, a oposição ao feminismo se fazia sentir e a APPF foi acusada de ser comunista e de propagar idéias contrárias ao catolicismo. A APPF ainda atuou durante toda a década de 1930, mas foi perdendo sua força. (ROCHA; FARIAS, 2000).

culturais, que por sua vez foram designados como fortes fatores que impediram sua participação nos âmbitos de poder.

Para Michel de Certeau, “os espaços são lugares praticados, fruto dos relatos e das práticas de representação que nele ocorrem” (CERTEAU, 1994, p.201). Como num teatro o cenário diz muito da cena que vai ser representada. E este espaço só vai ter sentido a partir do momento da encenação. Ora, é a dialética que entre cena e o cenário que dá sentido a trama, um não se separa do outro, ambos tem uma relação de existir e de pertença intrínsecas. A disposição dos objetos no cenário obedece à cena e eles são variáveis na sua localização de acordo com a ordem de interesse do enredo. Desta maneira, a história política no Brasil mostra que no palco da cena pública o grande número de figuras no poder é predominantemente masculino, em que o espaço político ainda é um “reduto” de pouca participação feminina. Porém, o que se constata na atualidade é um crescimento paulatino da participação das mulheres na política, nos fazendo compreender a importância desta inserção quando percebemos que isto significa transformações sociais na estrutura da sociedade em relação ao campo dos valores e de papéis sociais. Mas, sobretudo, porque a relação de gênero é uma construção cultural.

No Brasil o número de candidatas ao cargo de prefeita vem aumentando desde os anos 70. Porém, como já mencionado, desde 1920 as mulheres no Brasil lutam pelo acesso ao poder político, e em consequência destas lutas tem-se que a primeira prefeita do Brasil que foi Alzira Soriano, em 1928, na cidade Lages, no Estado do Rio Grande do Norte. Na Paraíba a primeira mulher a conquistar o cargo de prefeita foi Maria Dulce Barbosa¹¹, na década de 60, no município de Queimadas. Mas, antes disso, Dulce Barbosa já havia conquistado vários cargos no âmbito político.

No estado da Paraíba, a presença das mulheres nas disputas eleitorais chama atenção porque a cultura do “sexo frágil” ainda é muito forte. E o interessante é que mesmo a região Nordeste do país presente tal cultura conservadora, é o território que mais elege prefeitas no Brasil. Contudo, nos últimos anos o sinônimo das eleições no Estado é a disputa entre os dois grupos políticos rivais de tradição política, cujo conjunto de símbolos explorados durante as campanhas eleitorais é extremamente revestido de valores morais e culturais locais, como por

¹¹ Maria Dulce Barbosa foi eleita para a 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande-PB (1947 a 1951); reeleita para as legislaturas de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959. Em 1962, foi eleita a primeira prefeita do município de Queimadas - PB e a primeira prefeita no Estado da Paraíba. Participou dos movimentos políticos nos anos de 1930 e 1940, principalmente o movimento das mulheres na Paraíba.

exemplo, a exploração da imagem do homem trabalhador, daquele que prospera, é líder, e vencedor. Vale destacar que nos últimos anos, a cada eleição, o artifício da teatralização de imagens eivado de tais signos, de certa forma nos permite refletir que isto também favorece a difícil participação da mulher nas astúcias de poder político. Pois, uma vez utilizada a imagem pública do homem trabalhador e líder na sociedade, é afirmado o poder do masculino no campo da política.

Acrescentando nesse patamar, o nepotismo político continua sendo prática comum na região paraibana, e a sucessão de poder repassada através dos parentes políticos é tida como uma prática “natural”. Deste modo, os momentos de conflito, os jogos de interesses e as alianças que existem nos pleitos eleitorais, são elementos que pertencem à expressão de crenças e princípios que consistem na representação, isto é, tais crenças alimentam a representação política. É o que a autora Irllys Barreira define como ritual político, que neste contexto é “um domínio de expressão e reprodução de valores da vida social, em que os momentos das campanhas evocam novos e antigos padrões de comportamento e regras de conduta que se reproduzem a partir dos símbolos trabalhados nas campanhas eleitorais” (BARREIRA, 1998, p. 25). Nesse sentido, diante do ritual político as mulheres têm lutado pelo espaço dominado pelo homem, e aos poucos o número de candidatas para vários cargos políticos foram aumentando no Estado.

O domínio maior nos partidos e das condições favoráveis de competição, seja econômico, político, ainda permanece sob a tutela masculina. E a diferença neste acesso de poder adicionado aos outros fatores de desigualdade inclui as mulheres em uma competição diferenciada. Enquanto os fortes grupos políticos têm o apoio dos maiores partidos e as melhores condições econômicas para a construção do capital político, grande parte das mulheres fica alheia a tal possibilidade.

Na Paraíba, geralmente, as disputas eleitorais municipais giram em torno de duas figuras públicas apoiadas cada qual pelos principais grupos políticos rivais. Nesse contexto, torna-se importante sublinhar que diante do já construído culturalmente na sociedade, as disputas através de palavras, gestos, imagens e situações peculiares que constituem o chamado clima de campanha fazem alusões emotivas a um passado de trajetória política e à biografia dos candidatos, como elementos marcantes na expressão dos sentimentos já concretizados. E isto, de fato, fora muito difícil para as mulheres, que se tornam “vulneráveis” ao tentar impor uma idéia na qual a população fora acostumada. Desta forma, o momento

eleitoral redefine espaços, convocando personagens e instituindo enredos, construindo o que o autor Balandier nomeou anteriormente de cenário do poder.

A marginalização das mulheres do âmbito público e de certa forma da representação política não significa que elas estiveram ausentes do jogo político. Mesmo antes como após conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais. Como Alcides Albuquerque do Ó em seu livro “Campina Grande: História & Política enfatiza que

O que mais se destacou na campanha elpidista¹² foi a “força da mulher” campinense. A ala feminina da coligação se destacou pelo brilhantismo que trouxe às manifestações públicas que foram usadas de modo *sui generis*. Um grande número de senhoras e senhoritas participava de tudo, desde a organização das passeatas e comícios, preparação de materiais (roupas, lenços, bandeirolas, arranjos de flores e faixas), visitas a domicílios, alistamento eleitoral, alfabetização, convocação da população para eventos políticos, distribuição e trocas de chapas, convencimentos de boca de urna, condução de eleitores, tratamentos e atendimentos em casos de saúde. Tudo era feito de forma quase impecável. (Ó, 1999, p. 58).

Na cidade de Campina Grande-PB, nos anos entre 1945 e 1955, os políticos que se destacaram tiveram consigo suas mulheres, marcando, cada uma delas, com seus traços peculiaridades de personalidade as campanhas que participaram. São elas inesquecíveis por tudo que fizeram na política ou fora dela. Nesse sentido, a mulher é marcada por sua atuação seja nos bastidores ou na própria esfera pública da política, de alguma forma elas estavam engajadas em atividades, mas, no entanto, ainda se restringia a participação delas enquanto candidatas. Eram contadas as que se inseriam nesse processo, a exemplo, de Maria Dulce Barbosa que se insere na política em 1947, disputando entre homens uma cadeira na Câmara Municipal de Campina Grande.

Diante das mudanças políticas e sociais das primeiras décadas do século XX, a mulher se vê cada vez mais saindo do ambiente privado e ampliando seu espaço de socialização, essa “nova mulher” ou “mulher moderna”, conforme expressão da época era vista como uma consequência dos novos tempos e costumes como também uma ameaça à ordem estabelecida, à harmonia da família e, conseqüentemente, da sociedade e da nação. Isso porque uma mulher no espaço público era mais facilmente confundida com a “mulher pública”, conceito pejorativo que predominou com força até o século XIX e que às duras penas seria invertido no início do século XX, com a luta das mulheres para ocupar esse espaço historicamente masculino – o espaço público.

¹² Refere-se ao candidato a Prefeito de Campina Grande Elpídio de Almeida no ano de 1947.

Portanto, a presença da mulher na história política revela que é difícil buscar conceitos e métodos para explicar sobre este avanço ou pequena presença no poder. Mesmo porque a participação não deve ser vista sumariamente pela categoria sexo, mas pela realidade sócio-cultural-econômica das mulheres, enquanto relação cultural de gênero. Apesar da facilidade que se tem na atualidade de chegar à arena dos poderes políticos mesmo sem se eleger, comparado há tempos anteriores, tais como a lei de cotas para as mulheres na política e o direito de cidadania, o fato que chama atenção é o ineditismo da presença feminina em espaços antes considerados inacessíveis. Diante das forças políticas locais, das lutas pela perpetuação de poder, da tradição política imposta, as mulheres alcançaram o cargo de prefeita e parte delas também conseguiram a reeleição.

CAPÍTULO II

2- QUEIMADAS NA DÉCADA DE 1960: UMA CIDADE E SUAS VÁRIAS FACES

A luz dos anos 60 resplandecia um novo modo de viver, sonhar e morrer, no qual o que importava era a revolução em benefício do homem, em nome da liberdade. Buscava-se libertar o corpo e a alma de conceitos artificialmente instituídos pela indústria cultural e pela comunicação de massa, e entrar em sintonia com seus desejos. No mundo, eventos tornam essa década memorável, na Europa iniciava a construção do muro de Berlim, os Estados Unidos lançavam o primeiro satélite meteorológico, o movimento Hippie ganhava força, como também o movimento feminista, o Brasil tornava-se bi-campeão do mundo no futebol.

No Brasil a capital que era no Rio de Janeiro é transferida para Brasília, em 1960, Jânio Quadros é eleito presidente do Brasil, onde no mesmo ano renuncia, assumindo João Goulart, que em 1964 é deposto pelo golpe militar, dando início no Brasil a Ditadura Militar. No Estado da Paraíba ao analisarmos as discussões políticas que a atravessaram na década de 1960, em meio ao governo de Pedro Gondim, sobretudo no intervalo 1961-64, nos deparamos com uma conjuntura de intensos debates e projetos de reforma social. No Estado paraibano, assim como em todo o país, o desenrolar dos acontecimentos que marcavam o cenário político nacional eram acompanhados com atenção.

Nesse sentido, enquanto havia no mundo e no Brasil inúmeros acontecimentos que faria da década de 60 um marco na História, o município de Queimadas no interior do Estado da Paraíba começava a dar seus primeiros passos para uma independência que traria progresso e autonomia para sua população que recebera com satisfação a notícia da emancipação política.

Desta forma, compreende-se a necessidade de conhecer e mergulhar nas entrelinhas desta cidade, procurando descrever e interpretar sua fisionomia.

2.1- Localização

A cidade de Queimadas está localizada no Planalto da Borborema. Situando-se na mesorregião do Agreste, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui uma área de 401, 776 Km² com população de 41.049 habitantes. Faz limite com outros cinco municípios, sendo eles: Campina Grande, Gado Bravo, Fagundes, Caturité e Barra de Santana. O clima queimadense varia de acordo com suas áreas, pois o município tem maior porcentagem localizada no agreste. E por está incluída na área do polígono da seca do Nordeste a vida de seu povo é alterada diretamente. Seus solos possibilitam a extração de brita e pedra-rachão, sua hidrografia baseia-se principalmente através de poços artesianos e açudes de pequeno e médio porte, nos quais se esgotam dependendo do tempo de estiagem, e sua vegetação original é a caatinga hipoxerófila. Com relação ao seu relevo chama muita atenção por conter grandes pedras acomodadas umas sob as outras que acabaram se tornando pontos turísticos.

Além das belas paisagens, ainda é possível encontrar desenhos rupestres em algumas pedras, comprovando dessa forma, a existência de povos primitivos nessas terras. Assim devido a curiosidade que gira em torno desse lugar e do turismo que elas atraem, Queimadas ficou conhecida como “cidade das pedras”.

2.2-Da origem à concretização de uma cidade

Queimadas que fica situada no Agreste Paraibano, a 133 km da capital João Pessoa. Tem sua origem ligada aos nativos que viviam nessa região, os mesmos encontraram no espaço onde hoje está localizada a cidade, muitos atrativos, especialmente em parte da Serra de Bodopitá, local árido, com facilidade para encontrar água e também com uma rica vegetação. Os principais nativos que viveram eram denominados cariris, esses indígenas tinham suas particularidades, tanto no modo de ser, bem como na sua cultura. Devido à colonização portuguesa, esses índios foram massacrados na chamada conquista do interior através dos Oliveira Ledo que usavam sua força e o sangue frio para dizimar a maioria desses indígenas.

A ocupação dessa região assim como nas demais em todo o Brasil aconteceu em decorrência do desejo do rei de Portugal em explorar e obter da colônia a garantia de sua posse, contudo, a escassez de recursos inviabilizava tal feito, ocorre que em 1834 se institui o sistema de Capitânicas hereditárias e com estas a criação do sistema de Sesmaria e de Data, que se fundamentava em distribuir terra para quem tivesse prestado serviço à coroa e possuísse condições de explorá-la, encontrando assim uma solução viável para efetiva instalação do poder português e ocupação do território.

O espaço no qual se localiza Queimadas hoje era uma data de terra, a qual foi concedida para Pascácio de Oliveira Ledo. Esse rapaz na época, por questões amorosas, chega até o sertão da Paraíba, onde recebe uma data, a de Cabaceiras, e uma da Serra de Bodopitá. Desta forma, é datado de 1712, a origem da sesmaria da cidade de Queimadas. Sesmaria esta que fora requerida e que nasceu com o nome que a cidade ainda conserva, mas que, em 1943, fora mudado, através do decreto-lei nº 520, para Tataguassu¹³, topônimo este que, a bem de preservação histórica do lugar, teve curta duração oficial. Como afirma em seu livro “Queimadas, seu povo, sua terra” Antônio Carlos Lopes,

Contudo, foi no século XIX que a localidade ganhou o seu nome definitivo, pessoas residentes em Fagundes dirigiam-se ao Boqueirão da Serra de Bodopitá, ao chegar aí ateavam fogo na mata para utilizar a terra como pecuária e a agricultura. O produto alvo era a macambira que, após ser queimada, servia de alimento para o gado. Essa prática tornou-se comum e as pessoas que saíam de Fagundes, geralmente, diziam: “Vamos para as Queimadas”. Esse nome consolidou-se e hoje não há mais como mudá-lo, pois em 1943, uma lei n.º 520 tentou mudar o nome para *Tataguassu*, mas não deu certo e o nome oficial passou a ser definitivamente *Queimadas*. (LOPES, 2010, p. 13).

Era comum os caçadores que se deslocavam nesse espaço, principalmente os caçadores de Fagundes, denominar o local onde as pessoas colocavam fogo nas macambiras para alimentar o gado, também devido ao hábito de colocar fogo na mata para utilizar a terra na agricultura em Queimadas. Diante desse hábito popular esse nome foi oficializado. Após algum tempo quiseram mudar, mas não conseguiram e o nome permanece o mesmo até hoje.

As primeiras famílias a ocupar o espaço urbano de Queimadas chegaram no século XIX, por volta de 1882, dentre elas estavam as famílias Tavares e Muniz que possuíam grandes extensões de terras e fazendas onde hoje é a cidade de Queimadas, posteriormente

¹³Está gravada no imaginário popular de boa parte dos queimadenses a história de que o primeiro nome do município teria sido Tataguassu, palavra indígena que segundo o historiador Horácio de Almeida significa “Fogo Grande”. (LOPES, 2010, p. 14).

foram chegando outras famílias ao lugar como à família Manoel Lopes de Andrade e a família Gonzaga que iniciaram o processo de povoamento na cidade de Queimadas. Como também teve a presença marcante na formação da população queimadense as famílias Maia, Cardoso, Vélez, Pachu, Rêgo, Araújo, Ernesto, Duarte, Teixeira e Gomes.

Conforme Epaminondas Câmara em sua obra “Datas Campinenses” “Queimadas teve início enquanto povoado a partir de 1889”. O município de Campina Grande só foi criado em 1864, através da lei Provincial nº 137. Queimadas tornava-se Distrito de Campina Grande em 1921, pelo decreto de lei n.º 533, de outubro de 1921, que criou o Distrito de Paz de Queimadas. Foi através do decreto Lei federal nº 311, de 1938 que determinou a transformação das sedes municipais em cidades e as sedes distritais em vilas sendo assim Queimadas foi transformada em Vila, já que esta pertencia a Campina Grande na condição de Distrito. A partir da lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, Queimadas passou a ser considerada município, sendo assim, instalada a sua sede no dia 30 do mesmo mês e ano. O município de Queimadas, portanto, passou a ser reconhecido enquanto instância legal e entidade da federação a partir do dia 14 de dezembro de 1961.

Durante o período em que era distrito conseguiu muita visibilidade, principalmente no campo político, ganhando destaque uma ilustre queimadense que fez história, Maria Dulce Barbosa, a primeira vereadora de Campina Grande, representante do distrito. Enquanto cidade Queimadas vai desenvolvendo-se, começam a surgir cada vez mais casas, ruas, grupos escolares e a concentração de atividades comerciais se tornam efetivas. Iniciam-se desde então os primeiros passos para o processo de evolução e instituição da localidade enquanto município.

2.3-Nas tessituras da Evolução de uma Cidade no interior da Paraíba

Nas primeiras décadas do século XX, já estava instalado um grande povoado em Queimadas. A princípio não havia ruas divididas e organizadas com exceção da atual Rua João Barbosa da Silva¹⁴, conhecida “rua grande” por ser a rua central da cidade até os dias de hoje como também por concentrar o comércio da cidade e algumas casas enfileiradas. Havia

¹⁴Em homenagem ao pai de Maria Dulce Barbosa, fazendeiro e um grande conhecido da população local, de certa forma, desenvolvia traços da política.

outras fileiras de casas existentes na época e que dariam origem as principais ruas da cidade, eram conhecidas por serem habitadas pelas classes populares.

As famílias de melhores condições sociais moravam em grandes casas espalhadas pela cidade, pois possuíam grandes extensões de terras, as quais eram transformadas em fazendas de criação de gado, plantações de milho, algodão e feijão. O cemitério da cidade por sua vez se localizava onde hoje é o centro da cidade, contudo, em 1931, o prefeito de Campina Grande, Lafaete Cavalcante, mandou construir outro cemitério que na época era afastado da cidade.

Na década de 30, parte da população queimadense já se preocupava com a educação formal. As mulheres letradas faziam de suas residências escolinhas particulares, sendo a mais conhecida a da professora Rosalina. Nessa época, havia muitas crianças carentes, porém, através de uma escolinha pública comandada pela professora Lourdes Barbosa, os alunos plantavam canteiros de hortas, próximo ao açude, depois vendiam a colheita e o dinheiro arrecadado serviria para comprar material escolar.

Ainda na década de 30, começaram a surgir em Queimadas os primeiros meios modernos de transportes, graças às estradas de terra que começavam a se formar para encurtar o caminho que ligava Campina Grande a Caruaru. Segundo Lopes “O primeiro transporte coletivo foi denominado de “sopa” que passou a vir uma vez por semana para transportar as pessoas à feira de Campina Grande” (LOPES, 2010, P.16). Posteriormente, na década de 60, a estrada foi modificando-se e contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento da cidade.

Durante muito tempo a água para beber era obtida em cacimbas e lagoas transportada em potes de barro, em latas e até mesmo no lombo dos animais. As pessoas de melhores condições financeiras pagavam para as mais carentes para abastecerem suas casas. A água encanada só chegou à cidade por volta da década de 70, mas apenas nas principais ruas e para as pessoas que tinham condições de comprar o material hidráulico. A primeira forma de iluminação noturna que os queimadenses utilizaram foi à base de candeeiros (lâmparas que funcionavam a gás), pois na cidade ainda não existia energia elétrica. Apenas na década de 60 que irá se instituir a iluminação elétrica.

O primeiro rádio a chegar a Queimadas pertenceu ao senhor João Bezerra, foi na década de 30 e muitas pessoas ficavam ao redor do rádio para vê-lo falar. Na década de 40, foi implantada na cidade a primeira difusora que pertencia a Manoel Vitalino. A chegada da televisão também deu o que falar na cidade. Nos fins da década de 50, um comerciante rico

chamado Quincas Borba comprou um aparelho de TV e as pessoas comentavam que na casa dele havia uma caixa que dava para ver o mundo todo por ela, mas as pessoas não tinham acesso a casa desse senhor, apenas as mais próximas. Contudo, na mesma década, outro senhor rico da cidade Hildebrando Ribeiro, comprou uma televisão permitindo aos curiosos a visualização da mesma em sua casa. Alguns anos depois o prefeito de Campina Grande Severino Cabral, mandou instalar uma televisão em praça pública e todas as noites a rua principal era palco para uma aglomeração de pessoas que assistiam a programação.

Por volta dos anos 60, Queimadas começava a se constituir com um aspecto mais urbano. Desta forma, a percepção de higiene ganhava força entre a população e os governantes passaram a tomar medidas para manter a cidade limpa e higienizada. Com a população crescendo, as ruas da cidade já não contribuíam para a higiene, uma vez que toda a água dos esgotos era jogada no meio das ruas. Assim, houve incentivos para a construção de fossas e foi construída uma vala com vários bueiros para que essa água escorresse. Também nessa época foi construída na cidade uma lavanderia pública, com água encanada e rede de esgoto para as mulheres lavarem as roupas com mais conforto e ao mesmo tempo evitarem jogar a água no meio da rua. Essa lavanderia permaneceu por muito tempo na história do município e foi desativada na década de 90.

Apesar de sempre se preocupar com a saúde, a população queimadense por muito tempo não teve o hábito de procurar por médicos, porque por serem de difícil acesso tanto financeiro quanto físico. Nesse sentido, o povo preferia procurar pelos donos das farmácias locais, acreditando que eles entendiam das doenças porque vendiam remédios. Até a década de 60, não existia posto de saúde em Queimadas. Porém em 1961 foi construída uma maternidade que se localizava na “rua grande” e também servia para atender pequenas emergências. Lembrando que as parteiras tiveram um papel importante nesse aspecto por muito tempo. Essa maternidade foi construída no mandato do prefeito nomeado Lourival Barbosa através do apoio do então prefeito de Campina Grande Veneziano Vital do Rêgo. A primeira criança a nascer nessa maternidade foi um menino¹⁵, que ganhou um enxoval de presente. Esse menino recebeu o nome de Vital em homenagem ao filho do senhor Veneziano, que se chamava Vital do Rêgo.

¹⁵ Esta criança chamada Vital é filho de Creusa Maciel da Silva e Severino Gomes da Silva, moradores de Queimadas. Em entrevista realizada a dona Ivonete Gomes irmã mais velha de Vital, ela relata “mãe quem inaugurou a maternidade, ela ganhou um enxoval e um berço e meu irmão Vital ganhou em homenagem, o nome do filho do Major Veneziano”. (Entrevista realizada em 05/02/14).

Na década de 70, outra maternidade foi construída, mas foi desativada e hoje existe apenas a estrutura física do prédio que tornou-se um depósito de uma loja de material de construção. Mais tarde, foram construídos postos de saúde e até um hospital bem estruturado.

A segurança da população queimadense sempre foi muito precária. Em tempos anteriores não existia sequer uma cadeia pública. No entanto, em 1952, foi construída a primeira cadeia pública da cidade, localizada onde hoje se encontra a Rua Joaquim Barbosa. Décadas depois outra cadeia foi construída e existe até hoje na rua conhecida popularmente como a “rua da delegacia”, uma das mais importantes já que esta atualmente comporta o Fórum, a própria delegacia e inúmeros escritórios de advocacia.

Desta forma, são nas entrelinhas da História que passamos a compreender o universo e os emaranhados em que uma cidade assim como qualquer outra do interior da Paraíba passa a se desenvolver, contudo, com seus traços e peculiaridades ímpares fazem deste município uma realidade ao mesmo tempo comum e singular.

2.4-As tradições festivas e culturais queimadenses

Na história de Queimadas, as festas populares sempre foram bem efetivas, sendo essas religiosas, profanas ou cívicas, elementos pelos quais os moradores tanto se divertem como constroem sociabilidades e identidades. A festa de São João é comemorada no mês de junho é uma dessas que tem grande valor simbólico. Desde muito tempo tem-se a prática de se fogueiras, comidas típicas e reunir os amigos para comemorem o dia do Santo Junino.

No mês de maio iniciavam-se as movimentações, preparação das quadrilhas juninas que ocorria no meio das ruas mobilizando a população. Os participantes se concentravam no salão Lucena para ensaiar as coreografias puxadas por Seu Félix, dono de uma banda musical chamada Santa Cecília e por Carmelita de Oliveira, proprietária de um dos bares da cidade. Esse salão pertencia ao senhor Sebastião Lucena e antes era uma usina de algodão que depois de ser fechada, sobrou apenas um grande salão que servia para festas.

A festa de Reis é comemorada em 06 de janeiro, o Dia de Reis é uma festa católica que marca a data da visita dos três reis magos a Jesus após seu nascimento, se constituindo como uma das principais e sem dúvida a mais tradicional do município. Ela existe desde as primeiras décadas do século XX, se efetiva e ressignifica-se na década de 60 com aparatos novos, mais visibilidade e investimento. Atualmente ela perdeu um pouco do seu caráter

religioso, transformando-se mais em uma festa profana, porém, de muita tradição e por sua vez responsável pela atração de um público bastante diverso de várias localidades circunvizinhas como também de outros Estados, gerando desta forma, certa visibilidade e recursos para a economia da cidade.

Outra festa que também se faz presente até os dias atuais são os desfiles cívicos realizados no dia 07 de Setembro para comemorar a Independência do Brasil. Esses desfiles vêm e vão da história de Queimadas. Na década de 30, os desfiles eram considerados momentos importantíssimos, pois demonstravam e estimulavam o patriotismo à população. Os estudantes iam às ruas nesses dias, mas, até então, não eram acompanhados por bandas marciais e nem usavam trajes elegantes, apenas a farda da escola. A partir das décadas de 60 e 70 os desfiles foram retomados na cidade agora com o teor mais organizados com trajes luxuosos e bandas marciais definidas.

Os comícios eleitorais por sua vez constituirão esse aspecto de festa, já que eles reuniam muita gente, mas nem sempre para os candidatos falarem e sim por causa dos artistas que eram contratados para animar os comícios. Era um momento de sociabilidade e onde as pessoas se encontravam uns para realmente ouvir os políticos e outros mais para estar em meio às pessoas ou aproveitando o momento para diversas atividades. Lembrando Michel de Certeau quando enfatiza que são através das táticas e estratégias nas quais as pessoas se mune, é que elas delimitam e praticam o espaço. Dentre outras festas estão às micaretas e a festa da fava já que a cidade se destaca na produção de fava, fazendo do município então um reduto de grande diversidade cultural que se institui ao longo dos anos nas percepções e opiniões de muitos dos seus moradores.

2.5-Um pouco da Economia e Política queimadense

Nas primeiras décadas de sua história Queimadas teve a agricultura como principal atividade econômica. Contudo devido às estiagens comuns a esse território houve uma redução desse tipo de produção como também a concentração de terras nas mãos de poucos. Por sua vez esses fatores colaboraram para o desenvolvimento de outro setor econômico de Queimadas, o comércio, que é a marca do município nos dias de hoje. Começara então, a surgir as “bodegas”, “lojas de fazenda”, lojas de miudezas, padarias e a própria feira.

Outro meio de atividade econômica que surgiu em Queimadas com passar dos tempos foi à plantação, comercialização e industrialização de algodão. Na década de 30 foi instalada uma grande usina de algodão na cidade de propriedade de César Ribeiro, na qual oferecia muitos empregos a várias famílias, essa usina funcionava de forma organizada em turno de seus empregados tinham que seguir regras e horários definidos.

Observa-se no geral que desde o povoamento do município as práticas exercidas em torno da agricultura são predominantes, contudo, o uso indevido do solo, a monocultura em áreas íngremes da Serra de Bodopitá, as atividades da pecuária extensiva, a devastação da caatinga para a produção de lenha e carvão, com destaque as espécies jurema e angico, hoje em extinção, tem sido práticas que têm reduzido a biodiversidade local. Analisa-se ainda, que desde a formação do município prepondera uma estrutura agrária concentradora de terra. Esse fato é algo comum não só para o município de Queimadas, mas para o Nordeste como um todo. Este dado é importante, visto que as lideranças políticas locais, da década de 60 até a década de 90, todas foram advindas da zona rural e, em sua maioria, filhos de grandes proprietários de terras no município, demarcando dessa forma, uma importante característica que permeou a política queimadense desde sua instituição enquanto município.

Com a transformação em um grande povoado, Queimadas passa a ser distrito de Campina Grande, onde estaria sendo administrada pelos seus governantes. Nesse sentido, durante décadas, a história política queimadense esteve ligada a esse município.

Grandes comerciantes e fazendeiros pertencentes às famílias tradicionais dominavam o cenário político local. Essas pessoas mais abastadas geralmente se candidatavam a cargos públicos em Campina Grande sendo apoiados por seus correligionários que apresentavam certa influência e força no meio, promovendo assim suas campanhas eleitorais. Muitos deles eram ligados à política coronelista, comum em toda região naquela época.

A maioria desses representantes deixaram marcas na história queimadense, dentre eles, por exemplo, Maria Dulce Barbosa, como veremos adiante em discussão mais específica. Dulce conseguiu se eleger várias vezes vereadora de Campina Grande graças à população de Queimadas que sempre a apoiava.

Outros representantes da população queimadense no período em que foi distrito de Campina Grande foram: Seu César Ribeiro, importante comerciante de algodão e se tornou suplente de vereador de 1951-55; como também os que foram eleitos para suplente e

chegaram a assumir como José Maria Vital Ribeiro que em 1962 passa a ser interventor do município de Queimadas; Luís Pereira da Silva e João Siqueira Luna.

Veneziano Vital do Rêgo, também chamado de Major Veneziano, se estabeleceu em Queimadas como proprietário de terras. Tornou-se líder político e candidatou-se a prefeito de Campina Grande nas eleições de 1974, foi derrotado por Elpídio de Almeida, porém venceu as eleições no distrito de Queimadas. Major Veneziano sempre lutou pela emancipação do município, mas na primeira eleição que houve após Queimadas se tornar independente, ele é derrotado por Maria Dulce Barbosa.

Em 14 de Dezembro de 1961, Queimadas foi emancipada e embora não tenha projetado grandes nomes no cenário da política paraibana, as eleições internas que são muito disputadas, geralmente dividindo os eleitores em grandes grupos, quase sempre não podendo prever quem vai sair vencedor, pois a diferença de votos é muito pouca.

Lopes afirma que

Após a sua emancipação política Queimadas passou a ser marcada por grandes e calorosas disputas eleitorais que sempre mobilizaram toda sua população, tanto da zona rural, quanto da zona urbana. Em todo o tempo nos meses finais das eleições municipais (essas são as que envolvem mais o povo) há um envolvimento tão intenso da população que chega a ocorrer episódios que vão desde apostas, até brigas de vizinhos. (LOPES, 2010, p. 29).

Desde sua emancipação até os dias correntes houve muitas eleições no município de Queimadas nas quais deixaram histórias e recordações que fizeram da cidade um relicário de disputas acirradas e fervorosas em sua constituição, promovendo assim um celeiro de políticos que estiveram dispostos a enfrentar desgastantes caminhos e debates para alcançar o poder máximo de uma cidade que seria o cargo a prefeito.

Os primeiros prefeitos nomeados do município foram Lourival Barbosa e José Maria Vital Ribeiro, não permanecendo por muito tempo no comando do município permanecendo de 1961 ao início de 1963. A primeira eleição através do voto popular que ocorreu na cidade foi em 1963 e a candidata vitoriosa foi Maria Dulce Barbosa tornando-se a primeira prefeita de Queimadas e da Paraíba, a única mulher a frente da prefeitura na história do município.

Portanto, a partir daqui caminharemos por estradas que comportam um ambiente repleto de representações e restrições, no qual uma mulher nas décadas de 50 e 60 transita por espaços historicamente reservados ao masculino, uma sociedade patriarcal, em que mulheres deveriam permanecer distantes, e essa mulher, Maria Dulce Barbosa, quebra as barreiras e se

consolida enquanto política e mulher determinada e de força que lutaria por seus ideais e objetivos trazendo para Queimadas novos caminhos e possibilidades. Passaremos então a entender e navegar nas tessituras que modelaram sua história enquanto ser político.

CAPÍTULO III

3- A FACE FEMININA NA POLÍTICA EM QUEIMADAS: O PROTAGONISMO DE MARIA DULCE BARBOSA

As entrelinhas da História pode nos permitir alçar redes para logarmos o que almejamos, a partir de práticas que delimitamos e espera-se alcançar resultados satisfatórios para a pesquisa proposta. Por um longo tempo as mulheres foram excluídas e restritas a um determinado espaço, o privado. O lugar é o que permite e o que interdita o que pode ser dito, é uma condição para que dela surja alguma fala com relação ao corpo social, e a interdição são as impossibilidades de falar relativas aos limites do próprio corpo social.

Assim, as mulheres passam a adquirir direitos e se inserir cada vez mais naqueles espaços que por muito foram negados. Começamos então, a navegar por entre as águas profundas que guardam as táticas e estratégias dessas mulheres para poder se sobressair e lograr êxito em suas atividades e projetos. Dedicar-me-ei a explorar as artimanhas e construção da imagem no imaginário social local de uma mulher, aquela que viria a se tornar na História a primeira vereadora de Campina Grande, a primeira prefeita eleita de Queimadas e a primeira prefeita da Paraíba.

Maria Dulce Barbosa nasceu em 1916, em Queimadas, na época distrito de Campina Grande (PB), filha de Cecília de Melo Barbosa e de João Barbosa da Silva, próspero agricultor de algodão e cereais na região. Em sua trajetória educacional, Maria Dulce cursou o primário no Colégio Sagrada Família, fez o curso pedagógico no tradicional Colégio das Neves na capital do Estado e depois se formou em Direito pela FURNE¹⁶, após concluir seu curso Normal em João Pessoa retornou à sua terra natal para lecionar. É ainda neta da primeira professora pública de Queimadas (Iaiá de Melo). Sua essência é envolvida pelo reconhecimento que se desenvolveu no imaginário da população, permitindo através de suas atitudes a construção de uma imagem idônea e justa que seria perpetuada no meio social perpassando períodos e cristalizando sua representação enquanto um ser que deixaria sua marca na História. Lopes enfatiza que

Ela era reconhecida por todos os seus contemporâneos como uma mulher de personalidade forte e de uma inteligência rara, conseguindo com essas suas

¹⁶ Fundação Regional do Nordeste, atual UEPB (Universidade Estadual da Paraíba).

qualidades vencer barreiras e obstáculos, na época, quase intransponíveis, de uma sociedade conservadora, machista e patriarcal. (LOPES, 2010, P. 140).

Ela que nasce e constitui-se enquanto ser pensante em meio a essa sociedade conservadora que delimitava o que cada pessoa iria seguir já que este espaço era regido pelas concepções patriarcais, onde a mulher deveria permanecer restrita ao mundo privado e ao homem caberia o público. Contudo, Dulce viria à tona para se instituir nesse cenário, por ser de família tradicional e abastada, já que seu pai era dono de grandes extensões de terras no município na época, vai estudar na capital e se capacita para retornar a sua terra e modificar o meio em que se encontrava. De acordo com o Sociólogo Marciano Monteiro,

Os filhos das famílias tradicionais, em sua grande maioria, saíam para estudar nos grandes centros e voltavam para o exercício de cargos públicos locais como —Doutores, mais acúmulo de capital simbólico, o que permitem o exercício legítimo da dominação política local, como sendo aqueles mais preparados para o ofício da governança local. (MONTEIRO, 2009, p. 40).

Porém, essas características não se configuram como um estado de mero acaso ou por observância da lei divina onde estas famílias historicamente dominaram política, econômica, espacial e culturalmente o município de Queimadas, mas através de suas práticas desenvolvidas no interior de um espaço social construído desigualmente por elementos de diferenciação, tais como família, terra e poder econômico, político e cultural.

Maria Dulce Barbosa no período da década de 30 retorna diplomada para sua terra sendo nomeada pelo governo do Estado como Diretora do recém formado Grupo Escolar José Tavares, fundado em 1937, em substituição à Escola que previamente funcionara na Vila e Distrito de Queimadas. Nesse período também acontecera um fato lamentável na vida da professora Dulce, seu pai a quem ela dedicava atenção e muito respeito falecera, e não tendo irmãos apenas uma irmã, Maria de Lourdes Barbosa que também desenvolvia o ofício de educadora, havia concentrado toda sua energia e dedicação em desenvolver um Grupo Escolar e transformá-lo em modelo, sendo várias vezes apresentado pela Inspeção de Ensino como padrão a ser seguido por outras instituições de ensino no âmbito a nível Estadual. Nesse sentido, pelo seu esforço e sucesso foi adquirindo e consolidando sua influência e o respeito da população local, e muitos recorriam com frequência a ela para obter orientação ou ajuda.

Por sua vez, as agitações políticas dos anos 1930 e 40 passaram a chamar a atenção da professora principalmente o movimento de mulheres na Paraíba atraiu Dulce Barbosa para

esse campo, entusiasmada com a idéia de que as mulheres também deveriam participar do espaço público. Engajou-se, então, no movimento pela redemocratização em 1945.

Iniciava-se então de forma efetiva a trajetória política dessa mulher que rompeu barreiras e se inseriu num universo que ao longo do tempo foi tido enquanto masculino, desconstruindo tradições políticas que de certa forma ditava os parâmetros sociais da época, buscando atuar de forma diferenciada promovendo uma renovação no pensamento vigente.

3.1- Primeiros passos para uma inserção efetiva no campo da política

Foi a partir de 1946, após a queda da Velha República e o fim do Estado Novo, que se deu à promulgação da nova e democrática Constituição do Brasil. Pela primeira vez as mulheres podiam não só votar, mas também se candidatar a Cargos Públicos Eletivos. E eleições nacionais foram então convocadas, inclusive para preencher os cargos das recém formadas Câmaras Municipais. O clima da época era muito politizado. Havia uma agitação geral e os vários caciques políticos se sentiam inseguros e tentavam garantir os seus vários “redutos políticos” através das velhas práticas de intimidação, perseguição e arbítrio.

Como mencionado anteriormente, Dulce Barbosa inicia sua carreira no magistério desenvolvendo uma atividade na educação que seria posta como modelo para outras localidades, bem quista e digna de respeito promove no espaço em que mora uma popularidade que seria conhecida e lembrada através dos tempos. Isso naturalmente não passou despercebido entre as velhas lideranças políticas do continuísmo da redemocratização, e com o seu idealismo jovem a instituiu enquanto seguidora natural das novas tendências democráticas, passando a ser alvo de pressões, cada vez mais intensas para que se mantivesse “neutra” ou preferivelmente apoiasse as forças do continuísmo reacionário.

De certa forma a figura política de Dulce Barbosa vai ser construída num cenário que está entrelaçado e caracterizado por aspectos de uma elite local, ela não vem das classes mais simples, ela apresenta laços políticos a partir de seu pai João Barbosa detentor de fazendas e popularmente conhecido entre o meio popular, como também a influência, ensinamentos e apoio nas artimanhas políticas do ilustre político Doutor Argemiro de Figueiredo. Segundo entrevista realizada a sua sobrinha Germana Correia Lima ela aponta que

Dona Dulce (popularmente conhecida) gosta de lembrar a figura do seu Pai, que lhe foi sempre de inspiração e apoio e que, antes dela, teria seguido a orientação política do Dr. Argemiro de Figueiredo. No entanto é importante acentuar que Joca Barbosa (como era conhecido no meio), fazendeiro e homem de bem, respeitado em sua comunidade e havendo durante algum tempo exercido a função de autoridade civil a cargo do policiamento local, já havia falecido há mais de 10 anos quando Dulce Barbosa, sua filha primogênita, se decidiu a embarcar na carreira política. (LIMA, 2006).

Assim, a partir dessa discussão pode-se perceber que sua sobrinha, quis enfatizar acerca da influência política que conduziu Dulce a esse cenário, o seu aparato social ao se inserir na política, contudo, ela pontua que de certa forma sua tia ingressa na política por si só, porém, por sua vez ela traz consigo e está amparada pela representação da família tradicional através de seu sobrenome Barbosa, onde este se tornará elemento chave dentro desse campo político local, caracterizando por outro lado segundo Bourdieu seu capital simbólico¹⁷, mas também apresentará a força e confiança dos líderes ou chefes políticos que seguem a visão argemirista de ser.

O doutor Argemiro Figueiredo na época desenvolvia uma espécie de “política dos coronéis” contando com o apoio dos donos de fazendas existentes nos distritos, é perceptível a presença de Dulce Barbosa nesse âmbito, atuando enquanto sua correligionária no ainda então distrito de Queimadas. Segundo a autora Beatriz Heredia ela aponta que

Há um cotidiano fora do período em que ocorre a campanha eleitoral, durante o qual os políticos desenvolvem um trabalho para manter a relação com os “eleitores reais e potenciais” (...) são essas redes de relações que fazem com que a ligação com a população se mantenha e se alimente. (HEREDIA, 2002, P. 18-20).

Havendo com isso pontos estratégicos para que aquele político que se mantém distante não seja esquecido no período entre as eleições, são distribuídas equipes e pontos de apoio em diversas regiões e localidades do Estado. Desta forma, Dulce Barbosa acabava desenvolvendo esse papel enquanto pertencente ao grupo argemirista, usando de sua influência e

¹⁷Conceito utilizado pelo autor Pierre Bourdieu para caracterizar uma espécie de poder ligado à propriedade de "fazer ver" e "fazer crer", o capital simbólico é, a grosso modo uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Deste modo, a partir desta marca quase invisível de distinção o capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de proeminência frente a um campo, e tal proeminência é reforçada pelos signod distintivos que reafirmam a posse deste capital (como as insígnias do militar ou a mitra sacerdotal de um papa). (BOURDIEU, 2001).

conhecimento na população queimadense no processo de arregimentação de votos para os candidatos de seu partido e inclusive para ela própria.

Maria Dulce Barbosa carregará para sempre nas tessituras da História o legado de ter sido a primeira vereadora de Campina Grande, primeira prefeita eleita do município de Queimadas e a primeira prefeita da Paraíba. Dulce Barbosa se candidata pela primeira vez em 1947 nas eleições municipais em Campina Grande para o cargo de Vereadora para o período de 1947/51 pela União Democrática Nacional (UDN), devidamente apoiada por Argemiro de Figueiredo obtendo 947 votos e sendo a primeira mais votada do partido. De acordo com Lopes,

Foi realmente um grande feito para a mesma já que a história mostra que naquela época a sociedade era totalmente dominada pela figura masculina e há poucos anos atrás a mulher não tinha sequer o direito de votar, além do mais é importante ressaltar que Dulce Barbosa foi eleita nesta época não como representante dos centros mais desenvolvidos do país, mas sim de um pequeno distrito do interior do Nordeste (Queimadas). (LOPES, 2010. P.140).

Em 1950 nas eleições de 03 de Outubro, Dulce opta por se candidatar a Deputada Estadual juntamente com o apoio do senhor Argemiro de Figueiredo, porém não conseguiu ser eleita, o distrito de Queimadas ainda era muito restrito com um número de eleitores escasso e o seu maior apoio advinha dessa localidade, por isso não alcança a vitória, mas apesar de tudo ainda foi bem votada com 1.412 votos.

No ano seguinte em 1951, Dulce Barbosa se candidata novamente ao cargo de vereadora ainda pela UDN, para o período compreendido entre 1951/55, obtêm 1.087 dos votos, com o apoio mais uma vez de Argemiro de Figueiredo que foi candidato a prefeito de Campina Grande, porém foi derrotado por Plínio Lemos. No ano de 1955, Dulce é eleita vereadora outra vez para a legislatura de 1955/59, obteve 761 votos e confirmou a sua liderança apesar de ter disputado os votos com várias outras lideranças do distrito de Queimadas, teve o apoio de Argemiro de Figueiredo e disputou ainda pelo mesmo partido.

A União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia as forças em prol da redemocratização brasileira terá a sua frente a grande liderança política da Paraíba na época, Argemiro de Figueiredo, que embora apoiado pelas tradições coronelistas, o abandonou na década de 50, em favor do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual Dulce Barbosa seguiu igualmente a sua liderança. Em Agosto do ano de 1959, Dulce Barbosa perdeu a primeira eleição de todas que havia concorrido ao cargo de vereadora no município de Campina Grande, desta vez foi pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual Argemiro de

Figueiredo acabara de se vincular e juntamente com ele, Dulce. Obteve 635 votos e ficou como suplente o que lhe deu o direito de assumir enquanto vereadora em 1960. Conforme Lopes,

Um dos motivos de sua derrota foi o próprio desgaste depois de tanto tempo no poder além do mais, Dulce Barbosa sempre foi apoiada por Argemiro de Figueiredo e este líder sempre foi visto pelos demais como um típico político representante da “política coronelista” e do “voto de cabresto” na região, portanto, este tipo de prática política estava em decadência e nesse momento era impossível separar o nome de um, do nome do outro, ou seja, Dulce Barbosa era vista como a representante do coronelismo em Queimadas. (LOPES, 2010, P.141).

No âmbito do poder acerca da vereança Dulce findava uma etapa na sua trajetória enquanto política na cidade de Campina Grande. Mais uma vez com apoio do líder da política paraibana, Argemiro de Figueiredo, se aproximava mais um evento histórico, que seria a emancipação política dos distritos, que pertenciam à época a Campina Grande: Galante, Fagundes e Queimadas. A história política de Dulce Barbosa a partir de agora em diante passará a ser com a sua terra de origem, na condição de cidade e não mais distrito.

Desta feita, o engajamento político a partir de então estará interligado aos canais das veias políticas de um município recém criado no qual uma mulher se insere de forma efetiva e que para se sobressair num âmbito essencialmente masculino se mune de artimanhas e astúcias para reconfigurar-se enquanto ser passível de respeito, direitos e valorização, demarcando seu lugar social em meio a uma sociedade patriarcal.

3.2-Cenário político: a presença feminina nas estruturas de um município

O historiador José Adilson Filho, em seu livro “A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense” aponta que “toda cidade é um fenômeno socialmente construído que se materializa em maneiras e estilos de vida que são ao mesmo tempo marcados por uma certa universalidade e particularidade histórico-espacial” (ADILSON FILHO, 2009, p. 87). Nesse sentido, o espaço da cidade enquanto processo de construção demarca as práticas que neles são desenvolvidas, fazendo com que a cidade de Queimadas não atue de forma diferente, já que esta foi construída socialmente a partir das ações e relações de poder constituídas pelos que neste espaço residiam e residem.

Sendo assim, Queimadas encontrava-se em meio a discussões em torno do seu processo de emancipação política, já que desde 1958, havia projetos destinados a desmembrar

distritos da então cidade de Campina Grande. Em nota o Jornal Diário da Borborema aponta que “Não será criado agora o município de Queimadas”. Havendo forte reação contra a proposição do parlamentar campinense Álvaro Gaudêncio. De acordo com jornal

Quando a imprensa do Estado noticiou o projeto apresentado à Assembléia Estadual pelo deputado Álvaro Gaudêncio, criando o município de Queimadas, houve forte reação popular dos habitantes do distrito, contra a aludida proposição, por julgarem não ser o momento oportuno para a independência pleiteada. A vista inesperada reação, que coordenada pelos mais expressivos expoentes da agricultura e comércio locais, estava tomando vulto a cada dia, já existindo abaixo assinado com centenas de assinaturas dirigidos ao presidente da Assembléia pedindo a não aprovação do projeto, o deputado Gaudêncio, atendendo às legítimas aspirações dos moradores, resolvem retirar da pauta o projeto. (Diário da Borborema, 29 de novembro de 1958).

Frente a isso, Campina Grande continuaria por sua vez, a assistir financeiramente aquele distrito, até que o mesmo se encontre em condições de se desmembrar naturalmente sem qualquer preocupação dos seus habitantes. De certa maneira, a falta de informação explicando o projeto e acentuando os benefícios afetou a decisão dos moradores da localidade, a influência dos próprios representantes pesou também nessa decisão uma vez que a principal representante Dulce Barbosa não concordava com a separação do município, por achar que ainda não era o momento.

Contudo, anos depois o processo de emancipação política do município de Queimadas ficaria nas mãos do então Deputado Estadual Vital do Rêgo, que escreveu o projeto de lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, e o município foi instalado no dia 30 do mesmo mês e ano. O senhor Vital do Rêgo empenhado em desvincular o distrito viu aprovado em sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, o substitutivo que apresentara ao projeto em 1959 que tratava da emancipação do distrito de Queimadas, pertencente ao município de Campina Grande. O Jornal Diário da Borborema enfatiza que

O substitutivo a que nos reportamos tal qual como deverá ser transportado em Lei, tem esta redação: Art.1º- Fica criado o município de Queimadas, com sede na vila do mesmo nome, elevada à categoria de cidade; Parágrafo único: O município ora criado, desmembrado do território campinense, terá os mesmos limites estabelecidos na Lei n. 1.198/55; Art.2º- Fica também criada a comarca de Queimadas de 1ª entrância, com todos os cargos necessários ao funcionamento da justiça na conformidade da Legislação Estadual em vigor, e com jurisdição dentro dos limites do novo município, tendo na sede deste a sua sede; Art. 3º- os feitos pendentes sejam de natureza criminal, iniciados na comarca de Campina Grande serão à comarca de Queimadas onde serão processados e julgados. (Diário da Borborema, 14 de dezembro de 1961).

Nesse sentido, o deputado em questão conhecido por seu poder de persuasão e habilidade na área do direito, já que era um dos advogados mais respeitados no meio, vê a

matéria aprovada por unanimidade, da forma como redigiu o líder do Governo, informando-se “que nunca uma proposição dessa natureza tivera as recomendações que se encontram no substitutivo de Vital do Rêgo”. Atentando para outra vertente a iniciativa do deputado Vital do Rêgo com este projeto que tornou o município de Queimadas politicamente independente de Campina Grande não foi uma ação sem interesse, muito pelo contrário, já havia toda uma articulação para que ele fosse prefeito do município de Queimadas.

Em síntese a família de Major Veneziano era detentora das grandes extensões de terras existentes no município de Queimadas. A emancipação, nesse sentido, favoreceria a possível candidatura ao cargo executivo, por parte de um representante desta família influente politicamente e poderosa pelo fato de serem grandes latifundiários. Neste sentido, esse era o primeiro projeto, na história do município, para se fazer esta liderança tradicional o primeiro prefeito de Queimadas. Contudo, em termos de liderança, o então distrito de Queimadas que se destacava no município de Campina Grande, não tinha apenas os representantes da família Rêgo, tinha, também, obviamente, outras famílias influentes, a exemplo da família Barbosa, família tradicional e possuidora de grandes extensões de terras.

Desta família se destacou no campo da política a Sra. Maria Dulce Barbosa, que apresenta uma forte carga de influência e respeito entre os principais líderes políticos como também o apoio do povo de Queimadas. É importante destacar acerca dessa figura política, entre outras coisas, que ela não foi favorável ao processo de emancipação política do município no ano de 1961. Assim afirmou em Novembro de 1992 numa entrevista concedida ao —Jornal Acontece¹⁸, ao ser indagada acerca de como se organizou o plano de emancipação de Queimadas, ela enfatiza que : “eu desejava que Queimadas tivesse mais amadurecimento, antes de ser emancipada, no entanto este fato aconteceu e fui a primeira prefeita lutando com muita dificuldade”, ela sai candidata nas primeiras eleições do município e logra êxito, ganhando de uma figura ilustre e também considerada no município o Major Veneziano Vital do Rêgo.

Queimadas se tornou município e teve dois prefeitos interinos: Lourival Barbosa (1961-1962) e José Maria Vital Ribeiro (1962-1963) nomeados pelo Governador do Estado, Pedro Gondim. A primeira eleição ocorrida em Queimadas foi em 1962 e teve como dupla vencedora a candidata Maria Dulce Barbosa e o seu vice José Camões, recebendo como sempre o apoio de Argemiro de Figueiredo e de Severino Cabral. A dupla derrotada foi

¹⁸ Entrevista apresentada no livro de Antônio Carlos Lopes, Queimadas seu povo, sua terra.

Veneziano Vital do Rêgo e seu vice Raimundo Montenegro, que receberam o apoio do governador Pedro Gondim.

Eis algumas lembranças que legitimaram a força feminina na campanha municipal ao cargo de prefeito no município de Queimadas.



Figura 01: Folders da campanha para prefeita do município de Queimadas-PB.
Disponível em: <http://tataguassu.blogspot.com.br/>. Acesso em: 16/02/2014.

Tabela 01: Resultado das eleições para o cargo a prefeito município de Queimadas, 1962.

Nº	Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Maria Dulce Barbosa	PR/PTB	1.050	51,75%	Eleito
	Veneziano Vital do Rêgo	PDC	979	48,25%	Não eleito
	Votos Nulos	0			
	Votos Brancos	0			
	Total apurado	2.029			
	Eleitorado	3.036			
	Abstenção	1.007			

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

O interessante perceber dessa campanha segundo Lopes, é que “faltando apenas três urnas para serem abertas, Dulce Barbosa perdia a eleição e foi exatamente nestas três últimas urnas que ela reverteu o quadro, ganhando com uma diferença de 71 votos” (LOPES, 2010, p.29).

Esse evento causou uma movimentação popular no município de Queimadas, por ter duas figuras influentes no meio e no próprio município disputando a prefeitura da recém criada cidade. Em entrevista ao proprietário do Cartório de Queimadas o senhor José Maria

Vital Ribeiro, 75 anos, morador do município de Queimadas, com um histórico político considerável e status de família tradicional, esteve inserido na política por um longo tempo, e foi o vereador mais jovem do Brasil e de Campina Grande em 1959, foi interventor do município de Queimadas em 1961 e candidato a prefeito em 1972, ao ser indagado acerca do projeto de emancipação de Queimadas, como o povo recebe a notícia, já que anteriormente não houve essa receptividade e de como também Dulce Barbosa como chega ao poder e assume a prefeitura, ele apresenta que

O apoio do povo foi geral (...) Dulce no começo por causa de problema político estremeceu, porque era adversária nossa, mas depois ela vendo que era bom pra Queimadas ela cedeu e depois apoiou a iniciativa e o povo aplaudiu, e depois disso o pai de Vital do Rêgo, foi candidato na primeira eleição mas perdeu. Eu era interventor, Pedro Gondim era governador do Estado foi quem emancipou, Vital armou a barraca aqui na política, o pai dele também, pra vê mesmo como é eleição, e Dulce vem e largou para ganhar sem nadinha. (RIBEIRO, 2014).

É perceptível na fala do senhor José Maria a aversão inicial de Dulce com relação à emancipação por conta de motivos políticos, mas depois ela cede e vence as eleições desbancando um forte concorrente que era Major Veneziano, influente na época e pai do homem que promoveu o desmembramento do antigo distrito e mesmo se empenhando de forma efetiva no período da campanha ele não consegue se eleger. Ainda segundo o senhor José Maria Ribeiro que aponta os motivos pelos quais Veneziano Vital do Rêgo perde, promovendo a vitória de Dulce, observa que

O problema num foi nem ela, foi o adversário, o meu tio, porque ele tinha fama de proteger criminoso e de valentão e então a equipe que se juntou a ele, era o delegado daqui e um pessoal que tinha aqui começaram a dizer que se não votasse nele iria apanhar, coisa e tal, e que já tinha uma relação pronta pras pisa que ia dar, aí isso daí fez com que se enfraquecesse e fez com que Dulce crescesse, se não fosse esses correligionários que tivesse feito isso, porque foi uma eleição disputada. Dulce só ganha por 71 votos, o eleitorado daqui naquela época era pequeno, e sem contar que o governador na época era Pedro Gondim, emancipou município, fez muito por Queimadas e a gente perder a eleição, agora Dulce também contou com o carisma e o apoio de Cabral, de Argemiro e Anastácio Maia. Aí ela só teve esse apoio, foi só isso mesmo. (RIBEIRO, 2014).

Apesar do empenho dos adversários em ganhar, Dulce tem o apoio de líderes políticos importantes e influentes na época, ela fez a diferença, o povo apoiou e mesmo sendo mulher tinha o respeito e admiração da população. É interessante perceber essa característica, as pessoas da localidade realmente quiseram a presença dela no cargo mais importante do município.

Dentre as obras que Dulce Barbosa empreendeu no município estão à construção dos Grupos Escolares Alzira Maia e Maria Dulce Barbosa; Início da construção do mercado público, formação da banda de música Santa Cecília, aquisição de três tratores, dois de pneu e um de esteira. Analisando assim, foram poucos os benefícios, contudo, era um município recém criado com condições ainda muito escassas e com um déficit de recursos muito acentuado. O senhor José Maria enquanto interventor e adversário político avaliou a administração de Dulce Barbosa observando como

Boa, sou testemunha visual inclusive eu fui interventor na época e dinheiro que era bom não existia, e então com os poucos recursos ela fez muito, fez o mercado central ai, mercado público, que para hoje é uma coisinha simples, mas que na época era uma obra faraônica, como também um bocado de coisa. O dinheiro era pouco, não tinha fundo de participação, era somente dinheiro de imposto e uma bestezinha que o Estado dava. (RIBEIRO, 2014).

A prefeita Maria Dulce Barbosa em entrevista ao canal 9 no programa “Claro Escuro”, registrado no jornal Diário da Borborema enfatiza que a “Administração de Queimadas estimula o homem do Campo”, sinteticamente aponta que

O Programa “Claro Escuro” ouviu, ontem, a professora Maria Dulce Barbosa, prefeita de Queimadas. A entrevista focalizou diversos aspectos da vida administrativa do vizinho município, fazendo uma verdadeira exposição do trabalho que vem exercendo em Queimadas. Revelou que ao assumir a direção da vizinha cidade, não se preocupou, em nenhum momento com a construção de obras de faixa, procurando atender, no início de sua gestão, ao homem do campo. Com esse propósito, disse, fez a aquisição de vários tratores para estimular a produção agrícola em sua comuna. (Diário da Borborema, 17 de Julho de 1965).

Seguindo a entrevista, o programa perguntou em que se pautou a sua principal meta administrativa, e ela responde que “Voltará suas vistas para os trabalhos de calçamentos da cidade e, antes do término do seu mandato, espera dotar Queimadas de um moderno mercado, cuja planta já esta elaborada” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 de Julho de 1965) Continuando, ao ser abordada com relação às distribuições de renda do município e problemas em sua administração e na educação, Dulce aponta que “É difícil a situação financeira de seu município, uma vez que não vem contando com ajuda do Governo Federal ou Estadual. Com relação à Educação, ela adiantou que Queimadas conta, atualmente, com sessenta e três professoras, cinquenta e nove das quais atuam na área rural” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 de Julho de 1965).

Ao término de seu mandato Dulce se afasta, em 1966, não obtendo mais sucesso na política, o candidato apoiado por ela perde as eleições. Contudo, volta a se candidatar nos pleitos de 1969 e 1979, mas não logra êxito em nenhuma. Ainda segundo o senhor José Maria Ribeiro o fato de Dulce não obter mais sucesso nas eleições se refere ao fato de que

Porque tudo é época, o povo vota duas três vezes depois vai enjoando as coisas. O problema de Dulce foi o de ter sido candidata várias vezes em Campina, ai em Queimadas mais três vezes, ai também se distanciou-se um pouco de uma eleição para outra, ai foi embora pra Campina, ai se distanciou. É cansativo, o povo cansa também ta votano em um só candidato, foi isso que aconteceu com ela. (RIBEIRO, 2014).

O entrevistado com isso considera que a candidata no momento em que optou por se abster de uma eleição deixou lacunas criando espaços para outros indivíduos, assim, quando tentou retornar não conseguiu, pois, o povo se adapta e encanta-se pelo diferente e o novo que promove no cotidiano novas redes de poder e estipula novas perspectivas para o meio em que se vive. A política em si, se renova e moderniza-se, portanto, cabe ao candidato se refazer e acompanhar as tendências que vão surgindo com o passar dos períodos para que então não seja silenciado pelo tempo.

Portanto, a trajetória política de Dulce Barbosa é entrelaçada e permeada pelas relações de poder que sempre estiveram em contexto, à construção de sua imagem se pauta na seriedade, organização, severidade, mas também no carisma e atenção, ela deixa esse universo da política, mas contribui de forma efetiva para a quebra de estereótipos e valorização do ser mulher.

3.3- Personalidade e construção de uma imagem a partir das representações sociais

Ao longo da História a construção da imagem da mulher sempre esteve vinculada e restrita ao mundo privado. Nesse sentido, a transição do espaço privado para o público envolvendo a mulher, se faz de modo gradual, tornando-a pública, onde são criados a principio estereótipos que categorizam as mulheres públicas como “depravadas”, “sem vergonha” ou “sem caráter”, pelos homens que no fundo sentem medo de perder seu espaço para as mulheres, transformando-as em indivíduos marginalizados, pois não saíam de casa

sem acompanhamento e não dirigiam a palavra a homens que não fossem seus pais, maridos ou parentes.

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores, opondo-se como o dia e a noite.

O homem público desenvolve um papel importante e reconhecido, participa do poder, e é candidato em potencial ao Panteão dos grandes homens, que a pátria homenageia. Por outro lado, a mulher pública é depravada, debochada, lúbrica, venal, muitas vezes “rapariga”, é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, território de passagem, sem individualidade própria. O espaço ao mesmo tempo em que a regula, e a exprime, a torna visível. (PERROT, 1998. P.10).

O corpo das mulheres, seu sexo, esse poço sem fundo, apavora. Elas inquietam os organizadores da cidade, que vêem nas multidões, onde elas estão presentes, o supremo perigo, capazes de qualquer excesso, são as megeras e as fúrias de todas as insurreições, por conseguinte, as mulheres são temidas por entrarem na política, ou por influenciar a mesma com suas astúcias e artimanhas para se adaptarem ao meio desmobilizando esse cenário masculino.

Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, explicando a marginalização da mulher.

Desta forma, Dulce Barbosa se insere e permanece no mundo político num período da década de 40, 50 e 60 em que se prevalece um pensamento social patriarcal e rígido em suas regras e estruturas, num universo essencialmente e historicamente masculino, ela rompe barreiras e se impõe enquanto uma figura política de destaque e querida no meio em que vive, como também passará a carregar as influências e o apoio de seu pai e posteriormente do líder político Argemiro de Figueiredo, de certa forma, essa ligação com o grupo argemirista contando com sua base legítima a imagem de Dulce nesse âmbito, fazendo com que essa se constitua enquanto mulher de força e coragem que chegava a despertar incômodo tanto nos homens quanto nas mulheres.

A construção de uma imagem no imaginário social é fundamental para a perpetuação e consolidação de um personagem, o bom representante político tem que saber vender sua imagem através das palavras, seu sorriso e até seus olhares. É fundamental perceber que a imagem pública de um político está ligada a concepção de “mito” que estará representada na

exacerbação e pontuação de sua figura para sua fixação enquanto realidade e em passar verdade ao ser transmitida e conhecida para além dos muros de uma localidade. Nesse sentido, o autor Peter Burke em sua obra “A Fabricação do Rei” aponta que

O termo ‘mito’ poderia ser empregado de uma maneira mais ambiciosa, e também mais controversa. Poderíamos definir mito como uma história com significado simbólico (como o triunfo do bem sobre o mal), em que os personagens, quer sejam heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida. Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais. (BURKE, 1937, p. 18).

Sendo assim, a imagem política de Dulce Barbosa de certa forma perpassa por essa discussão, no sentido de ter sua condição de ser mulher inserida numa sociedade conservadora, portanto, tendo que ser de alguma maneira moldada para depois ser transmitida. Nesse ensejo terá o modelo e influência da tradição familiar e aliados políticos, já que o que interessa na realidade do mito são os efeitos que serão causados sobre a impressão das pessoas externamente como também nos meios de comunicação possíveis.

Caminhando juntamente com essa ideologia do mito está a concepção da teatralização que permeia o cenário político, pois é nos bastidores que tudo é tracejado os gestos são ensaiados, a postura é proposital. Na realidade é uma construção com o intuito de promover e deixar no imaginário social a permanência daquele ser político, a partir das representações que são produzidas em torno do mesmo.

A figura política que representa Dulce Barbosa está diretamente ligada às relações de poder que traçaram sua trajetória, ela teve que se sobressair, construir na concepção social a imagem de uma mulher rígida, forte, organizada e passível de enfrentar situações que de certa forma estariam testando sua capacidade, ou seja, a sociedade mesmo após o movimento feminista, o direito ao voto e de se candidatar em eleições, de certa forma renega a presença feminina no âmbito político, a candidata passa a construir a imagem que é característica no imaginário social referente ao homem, passando assim, a ser “aceita” no meio.

Para se desenvolver um estudo sobre a construção de imagens, a fotografia está dentre as fontes possíveis que possam ajudar a legitimar a figura em questão. Conforme Burke,

Na época de Luís XIV, no entanto, como no Renascimento, dava-se maior ênfase aos paralelos entre as artes, desde a poesia até a pintura. Cenas da vida do rei eram apresentadas de modos similares em diferentes meios. (...) nessa confusão de meios,

é difícil concluir se as imagens visuais ilustravam os textos ou o contrário. (BURKE, 1937, P. 27).

A fotografia apresenta uma determinada narrativa, tornando visível àquilo que não existe mais como era antes, ou seja, o invisível torna-se visível através do cotidiano daquelas pessoas, mesmo o lugar não existindo mais em sua totalidade, no entanto, a imagem fotográfica transmite uma narrativa, onde é possível compreender as práticas do passado vivido por aqueles sujeitos que ali se apresentam. Esse tipo de fonte nos coloca diante do tempo paralisado, é presente a partir da memória, porque remete os sujeitos a uma determinada época. Desse modo, o historiador deve fazer a leitura da fotografia em busca de respostas, diante de seus questionamentos, principalmente porque a fotografia é carregada por muitos signos.

A imagem a seguir de Dulce Barbosa discursando no palanque em tempos de campanhas políticas, traça visualmente falando o perfil de uma mulher confiante ao discorrer sua fala ao mesmo tempo em que transmite a imagem de uma mulher forte e segura do que está pensando, a disposição do braço dela interagindo com o público passa ao eleitor confiança e firmeza, como também chamando a atenção para o fato de que ela está ladeada pela figura masculina, denotando o ambiente anteriormente discutido, essa mulher ela rompe barreiras e institui seu lugar. É sabido pelas pessoas da época que ela possuía uma boa retórica, era uma pessoa instruída com capacidade para desenvolver tal feito, pode-se perceber que nesse sentido que a construção de imagem e discurso se completa, traçando assim, o perfil da política Maria Dulce Barbosa.



Figura 02: Dulce Barbosa em comício realizado em Campina Grande nos anos 50. Disponível em: < <http://tataguassu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16/02/2014.

A mulher também luta para desconstruir as concepções depreciativas que a elas são dirigidas, com o intuito de promover a positividade no pensamento social com relação a sua postura na política, sendo sua ação cuidadosa e organizada pode desenvolver efetivamente tão quanto o homem o seu papel nesse lugar caracterizado enquanto masculino, um âmbito ainda marcado pelas desigualdades nas relações de gênero. Dulce Barbosa se insere nesse espaço, em décadas que carregam em suas particularidades convicções e contrários, contudo, ela demarca seu território com sua postura firme, corajosa, segura e carismática. O ser político está enredado nesse cenário que denota uma sequência de tramas que envolvem personagens, posturas e encenações, fazendo com que a imagem do político seja construída no imaginário social, que a cena do poder seja demonstrada e efetiva nas percepções populares, o povo quer sentir o poder do político, mas também quer perceber sua graça divina, esse ser deve se munir de táticas e estratégias para demarcar seu lugar nesse espaço que se configura de acordo com os aspectos externos, como num teatro, a cena remete-se diretamente ao cenário, promovendo uma harmonia entre o público, os personagens e os espaços.

A próxima imagem é de um comício das campanhas eleitorais em Queimadas, remete-se para o que vem sendo exposto, Dulce uma figura política que adquire respeito e confiança de seus eleitores, conhecida pela característica de se posicionar firmemente perante seus colegas políticos e o povo que a prestigiava, de certa forma, assume uma postura rígida para impor respeito, ou seja, a mulher tem que se sobressair nesse cenário permeado por referências masculinas, tem de “feminilizar” a política, desenvolver uma política de valores que resultará no prestígio e êxito no meio em que está inserida, ou seja, ela se apropria de percepções para criar no imaginário social a figura que transmite organização, poder, segurança, mas também carisma, solidariedade, caridade e paz.



Comício em Queimadas. Newton Rique falando, ladeado por João Pinta Cega, Dulce Barbosa e Bonald Filho. Podem ser vistos ainda Raymundo Asfora, Antonio Moraes, Ivo Leal e José Mota.

Figura 03: Comício nas campanhas eleitorais de Queimadas-PB.

Disponível em: < <http://tataguassu.blogspot.com.br/site> >. Acesso em: 16/02/2014.

Maria Dulce Barbosa será dona de uma imagem que se perpetuará no imaginário social por décadas a fio, pois molda sua postura a partir do seu lugar social, para ser lembrada e apontada enquanto um ser de índole impar, o respeito que impõe na sociedade daquela época é de se admirar e passível de reconhecimento. Em entrevistas no meio popular puderam-se perceber as características que prevalecem e que moldam as concepções do povo de uma localidade e regiões circunvizinhas com relação a essa figura política. Em entrevista ao senhor Manoel Bento de Lima, 68 anos, agricultor, morador do município de Queimadas, ao ser abordado acerca da postura e imagem de Dulce Barbosa ele é bem enfático e seguro nas palavras e logo responde sem dúvidas que era

Uma ‘mulé’ de ‘corage’, como se diz é uma ‘mulé’ ‘home’, né. O povo admirava muito dona Dulce. O povo tinha muito respeito por ela, eu nunca tive contato com dona Dulce não, mas ‘uvia’ muito falar que ela era uma pessoa boa, como prefeita ela foi muito boa né, naquele tempo eu não vivia muito aqui na cidade, mas sempre quando ‘uvia’ falar né, era assim ,uma pessoa boa, de coragem, o povo gostava muito dela, armaria tinha muita gente que era louco mesmo por dona Dulce, muita gente nos sítio dava muito valor a ela. (LIMA, 2014)

É nítida a admiração que expressa à pessoa de Dulce Barbosa, contudo, é evidente a forma como o entrevistado em sua fala enfatiza e reconhece que aquele ambiente é um lugar próprio do masculino e que ela assume essa postura quando aponta “como se diz uma “mulé” “home” o estereótipo dirigido a ela é posto claramente. E que não vai se prender apenas a opinião dele, já que ao entrevistar o senhor José Maria Vital Ribeiro apresentado

anteriormente, ele vai se valer da mesma opinião como é exposto e ainda enfatizar um pouco de sua personalidade.

Ela enfrentava tudo, era uma mulher macho sim sinhô, briga pra tudo que é lado, uma vez em Campina um caba falou dela, ela deu uma ‘surra’ em Edvaldo do Ó. O motivo real eu não sei, mas foi político com certeza, mas o que foi eu num sei. Foi em frente da antiga câmara dos vereadores subindo pra Maciel Pinheiro, ‘danole’ a mão e derrubou se pendurou no pescoço dele e sentou no pescoço dele e foi serviço. O motivo não sei, porque Edvaldo era uma pessoa calma, mas Dulce era temperamental demais, eu mesmo discuti muito com ela. (RIBEIRO, 2014).

Contudo, deve-se atentar para o fato de que o entrevistado além de ter sido o principal adversário político dela se posiciona com reação a essa mulher seguindo o mesmo pensamento do entrevistado anterior, ou seja, foi uma construção feita de sua imagem no imaginário social. Por outro lado, esse atrito que aconteceu com o senhor Edvaldo do Ó foi relevante na época, já que logrou notas de solidariedade dos aliados políticos a Dulce Barbosa pelo acontecido, em um dos principais jornais na época, no período em que ela esteve como representante na Câmara municipal de Campina Grande, nesse sentido, o Diário da Borborema apresenta uma nota “Argemiro de Figueiredo ao lado de Dulce Barbosa. Telegrama de solidariedade à vereadora de Queimadas- Lealdade à sua correligionária”. Eis a notícia

O senador Argemiro de Figueirêdo manifestou-se, ontem, pela primeira vez, publicamente, a respeito do incidente havido entre a vereadora Maria Dulce Barbosa e o Sr. Edvaldo do Ó. Como era esperado, o ex-senador udenista preferiu ficar ao lado de sua correligionária distrital. A vereadora Dulce Barbosa recebeu, ontem, a seguinte mensagem telegráfica do quase chefe trabalhista paraibano: “Profundamente revoltado com o atentado que foi vítima minha distinta e ilustre amiga queira aceitar meus protestos de integral solidariedade. Confio você está recebendo conforto moral, nossa cidade que conhece dignidade sua vida pública e privada. Abraços. Argemiro de Figueirêdo. (Diário da Borborema, 11 de Abril de 1958).

O jornal por sua vez também publicara uma nota de solidariedade do líder trabalhista o senhor João de Souza Castro a Dulce apontando que

Na reunião da Câmara Municipal, na próxima quinta feira, o líder trabalhista Sr. João de Souza Castro irá apresentar a casa, uma moção de solidariedade à sua colega de representação Dulce Barbosa, em face do incidente em que esteve envolvida com o Sr. Edvaldo do Ó. (Diário da Borborema, 13 de Abril de 1958).

Desta feita, pode-se constatar que houve um grave desentendimento entre Dulce e Edvaldo do Ó, já que ficou documentado nos jornais e se legitima na lembrança do entrevistado citado anteriormente, havendo por parte de seus aliados políticos um apoio à imagem dela, uma preocupação em não deixá-la desamparada em meio à sociedade naquele período em que se privilegiava o direito do homem.

Dulce Barbosa se caracteriza enquanto uma política polêmica, de personalidade forte e única para uma mulher na época, ela caminha por outras vertentes e acaba construindo uma imagem na qual até as próprias mulheres expressam opiniões que remete de certa forma a um receio em até se aproximar dela, por medo de sua autoridade e imponência, há um impacto na percepção feminina do município, em entrevista realizada com a professora Maria Leda de Oliveira Dantas, 68 anos, moradora do município de Queimadas, educadora desde os 15 anos de idade, hoje aposentada pelo município e Estado. Em suas lembranças é perceptível o seu contato com a prefeita Dulce Barbosa e a construção da imagem de uma mulher rígida e segura que faz da mesma em sua fala, sendo assim a entrevistada aponta um acontecido que ocorreu entre elas, de que a professora Leda tinha chamado a prefeitura de pobre porque não tinha dinheiro para pagar aos professores e Dulce fica sabendo e a chama para conversar, despertando a curiosidade e o medo nas amigas da educadora que a alertou para ter cuidado ao falar com Dulce, segundo dona Leda Dantas

Ela era uma pessoa muito assim, rígida, o que ela queria era preciso ser bem, bem preparado pra chegar as razões dela, aliás, inclusive caiu uma frase de mim pra ela, eu vim do sítio, eu ensinava lá, ai eu cheguei uma vez e disse, mas será possível, a gente vem de tão longe e não tem um dinheiro pra gente receber, que prefeitura pobre é essa, eu de livre e espontânea vontade, eu pra mim aquilo não agravava, no outro mês ela mandou me chamar, ai teve umas amigas que disse assim: Leda tu vai, mais ela vai te pegar, ela é braba, ai eu disse não, eu não disse nada demais, ela me chamou, ai eu entrei e sentei, ai começou perguntando de quem eu era filha, onde eu morava, onde eu ensinava e tal, ai eu disse tudim, ai ela disse: ohhh minha filha porque você teve ai e disse que a prefeitura era pobre e não pagava a ninguém, e eu é realmente eu disse prefeita, e ela disse, e você num sabe que a prefeitura é pobre, ai eu então prefeita eu não menti, eu lembro disso demais, eu disse pra ela. Ai então ela pediu meus documentos e viu que eu era efetiva e disse e você já é efetiva menina, tá bem vá trabalhar, ai quando eu sai fora, já tava as amiga tudim assombrada, o que foi que ela disse com tu, ela não bateu em tu não, ai eu disse não, ela é uma autoridade, ela é uma chefe municipal e eu apenas sou uma professora, ai pronto quando eu chegava na prefeitura ela já me conhecia. (DANTAS, 2014).

Nessa lembrança da professora Leda é evidente a imagem dura e inflexível que Dulce passava para o meio, mas a entrevistada reconhece que ela também era uma pessoa firme, educada, uma autoridade e que não podia fazer nada com ela fisicamente, já que era esse o

medo no qual as amigas a preveniu, ou seja, Dulce se configura, se legitima e é retratada no imaginário social enquanto uma política rígida, severa, mas também carismática já que muitos gostavam dela e apoiaram-na.

Na opinião de outra entrevistada a senhora Neusa Dantas de Lima, 65 anos, educadora, moradora do município, sua visão acerca da prefeita assume uma postura positiva e agradável.

Dona Dulce era legal demais e botava ordem mesmo, ela era uma pessoa boa, mas também cheia de autoridade, mantinha as ordens dela. Ela era uma representante de muito respeito, uma manda chuva, era uma prefeita, prefeita mesmo. (LIMA, 2014).

E ainda nesse meio de levantamentos, de opiniões com relação à postura e de certa forma da personalidade de Dulce Barbosa, é importante expor o olhar de um dos seus principais adversários políticos da época, o senhor José Maria Vital Ribeiro, onde ele enfatiza e empreende que

Mesmo sendo adversário dela e considerano a precariedade financeira do município avalio o governo dela como positivo. Ela era braba, tudo no mundo ela criava um problema. Agora nunca fomos correligionários, toda vida adversários. Político não tem vergonha, briga depois se junta, mas eu e ela era direto. (RIBEIRO, 2014).

Ainda no pensamento do entrevistado, ao ser indagado se havia algum tipo de preconceito fundamentado a ela na sociedade, ele expõe uma lembrança de um episódio que se configura enquanto forma pejorativa de tratar a mulher, contudo, ele pontua que não havia um preconceito propriamente dito referido a ela, já que era bem quista no meio social queimadense, porém, sabemos que não é bem assim, uma mulher que assume uma postura em um ambiente caracterizado pelo masculino, é hostilizada e vítima de imagens depreciativas, mas na visão do entrevistado

Faz parte da nossa história, o açude era ali e tinha uma barraca e eu tava tumano um café e tava eu e meu cumpade Olimpo lá, e eu conversano lá com ele ai chegou um motorista de caminhão, um caminhoneiro de fora, ai pediu um café. O açude daqui sangrava por trás, açude geralmente sangra pela frente, mas o açude daqui era raso ai sangrava lá por trás, lá perto da guritiba, ai o caba disse: oh meu amigo onde é o sangrador desse açude, ai o cumpade Olimpo disse: ele sangra por trás, ai o caminhoneiro disse: por trás, quem já viu açude sangrar por trás e quem é o prefeito dessa terra? aí meu cumpade Olimpo disse: é uma mulher. E o caminhoneiro: uma mulher, ai pagou o café e disse eu vou mimbora, eu tô numa terra onde o açude sangra por trás e o prefeito mija de cócora. (RIBEIRO, 2014).

O senhor José Maria enfatizou que o povo da cidade era acostumado com a presença de Dulce na política, aceitava e optou por votar, mas para os forasteiros, visitantes era incomum e passava a renegar, quando chegava à localidade se espantavam por ter uma mulher como prefeita, e como o entrevistado observou “para os de fora era como se dissesse “oxente” aqui não tem home não”, era de se admirar de certa maneira, porque ainda prevalecia o sentimento de que o mundo público e a própria política são espaços essencialmente masculinos.

Portanto, se faz necessário que para se empreender um entendimento as relações de gêneros e como estas se dão no meio social a partir das estruturas de poder que se constroem as imagens introduzidas no imaginário social. Nesse caso, Dulce Barbosa estará envolta sob esse processo, uma mulher que se insere nas décadas de 40, 50, 60 efetivamente na política, um ambiente que foi por muito tempo relegado ao alcance feminino.

3.4- O Silenciamento da mulher na política queimadense

Como o registro histórico sempre privilegiou os eventos acontecidos na esfera pública e a mulher ficou reduzida ao espaço privado, ela nunca foi chamada a fazer parte da cena histórica e teve de desenvolver estratégias de sobrevivência naquilo que lhe restou: o lar. Por isso, a memória do privado coube à mulher. Mas, muita coisa se perdeu devido às mudanças de casa, ao desprezo por se tratar de mulher e ao embaraço pelo conteúdo legado. As mulheres do século XIX exercem o poder "possível". A hegemonia feminina, então, ocorre do espaço privado para o público. Sendo assim, a obra “As mulheres ou os silêncios da história”, de Michelle Perrot, que rastreia os vários recursos de silenciamento, impostos à voz feminina na história do Ocidente, aponta que

Apesar de restrita à esfera privada, a mulher conseguiu articular-se a partir do que lhe foi reservado, isto é, o doméstico, a filantropia e a própria Igreja. Esses espaços definidos de socialização, quando tensionados, constituíram fator de engendramento para o domínio público posteriormente. (PERROT, 2005, P. 519).

Por outro lado, as mulheres deveriam circular pelas ruas de acordo com regras estabelecidas socialmente, ou seja, a mulher decente, deve saber suas obrigações, deveria saber as horas convenientes para sair, os lugares a evitar, os gestos a rejeitar.

No campo da política em suas estruturas, era inadmissível a presença feminina, portanto, a mulher traz consigo historicamente a carga negativa que a impuseram de que esse espaço de socialização não era destinado a elas, desta forma, as mulheres que se destinassem a ao menos falar em política era excluída do meio. Porém, a mulher com suas táticas e estratégias de certa maneira, já contribuía e estavam inclusas nesse âmbito, me refiro, elas estavam iniciadas nos bastidores, acompanhando seus maridos, organizando os encontros e reuniões do partido, atuando nas entrelinhas desse sistema excludente e crítico.

Nesse sentido, como já foi debatido anteriormente, o movimento feminista iniciado no século XIX e efetivado no XX, foi quem primeiro deu os primeiros passos em prol de defender os direitos femininos, como também lograr o direito ao voto, já que o conceito de cidadania estava diretamente ligado ao poder do voto. No Brasil ele chega com força total pelas idéias de Bertha Lutz com a instituição da FBPF (A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) que por sua vez influenciou a APPF (Associação Parahybana pelo Progresso Feminino) na Paraíba, promovendo assim as lutas que iriam ser propostas com o intuito de lutar pelos direitos femininos.

Na cidade de Campina Grande no ano de 1947, surgia no ambiente político uma mulher advinda de um distrito na época e que posteriormente no ano de 1961 tornar-se-ia independente da sede, essa mulher Maria Dulce Barbosa foi eleita por três mandatos ao cargo de vereadora e em 1962 ganharia as eleições de sua terra natal e se tornaria a primeira prefeita eleita de Queimadas e a primeira prefeita da Paraíba, contudo, após seu período de governança seguida até 1966, ela não se candidata para as eleições de 1966 e quando volta nas próximas de 1969 e 1976 não consegue mais se reeleger, passando a apoiar e aconselhar os seus aliados, sai de cena a figura política de Dulce Barbosa e passa agora a se dedicar a educação, fundando o Colégio Maria Dulce Barbosa o mais tradicional que já existiu na história do município e comportando as figuras ilustres da localidade.

Desta forma, o que inquieta é justamente que depois de Dulce Barbosa nenhuma outra mulher adentra no cenário político para disputar as eleições ao cargo de prefeito, surgem sim, mulheres para disputar e ganhar para o cargo de vereadora, mas prefeita não mais, ela foi a primeira e única na história do município de Queimadas até o momento.

As mulheres que disputaram vagas na câmara municipal de Queimadas foram Marieta Marinho Falcão em 1966 sendo eleita com 259 votos pelo partido MDB, este fundado por Dulce Barbosa; em 1969 e 1972 Marieta Marinho se candidata novamente e logra êxito nas duas eleições agora pelo partido ARENA; em 1976 candidata-se Marieta Marinho e Maria da Guia Gomes de Lucena ambas pela ARENA, mas não conseguem se eleger; em 1982 Maria Emília Correia Lima sobrinha de Dulce Barbosa se candidata pelo PMDB, mas não se elege; em 1988 se candidatam Maria do Carmo Souza (Dutra) pelo PL, Maria Arizete de Andrade Cardoso PL e Maria Barbosa Cavalcante Leite PL, Maria da Silva Oliveira pelo PDT, Maria de Lourdes Freire PMDB, Maria Anunciada da Silva PDT, Josefa Lúcia da Silva PMDB e Maria do Socorro Arruda PL, sendo apenas a primeira (Dutra) eleita com a maioria dos votos e torna-se posteriormente presidente da Câmara, permeia um considerável tempo o cenário político, mas não segue atualmente, apenas apóia os filhos; a partir de 1992 até os nossos dias é crescente o número de candidatas, mas poucas foram eleitas.

Pretendeu-se levantar esses nomes de mulheres na disputa por um lugar na cadeira da câmara para mostrar justamente como no início haverá ainda uma resistência e até mesmo o despertar de interesse em disputar uma vaga para a vereança, pois vemos que a partir de 1992 se inicia um aparecimento considerável de mulheres disputando, mas poucas logrando êxito. Assim até os dias atuais é perceptível que a inserção na política com relação às mulheres ainda é muito restrita, mas que depois da criação da política de cotas nos partidos, haverá um crescimento considerável nesse âmbito se comparado com anos anteriores.

Portanto, o que podemos perceber é que no município de Queimadas no interior da Paraíba, existirá esculpida pelas lembranças e representações de parte dos seus cidadãos como uma mulher de força, coragem, determinação, respeito, mas também humana, solidária, bondosa, que construiu seu lugar e sua imagem e enfrentou contrários, contudo, soube a partir de táticas e estratégias ter o apoio de líderes políticos que acreditavam em seu trabalho, se sobressair e conquistar seu espaço. Todavia, lamentamos que após seu governo haverá um silenciamento ou uma exclusão da mulher no campo da política com relação às disputas ao cargo de prefeito, deixando assim, o legado de primeira e única mulher prefeita na cidade de Queimadas para Maria Dulce Barbosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História ao longo dos períodos adquire diversas faces, transformando e contribuindo cada vez mais para a possibilidade de inclusão de temáticas que foram por muito tempo abandonadas, mas que se reconfiguram e surgem com o intuito de recuperar aquilo que havia sido perdido. As relações de gêneros são questões que devem ser exploradas cada vez mais, pelo historiador sensível à cidadania e a diversidade social.

Nesse sentido, podemos observar como uma mulher inserida em um ambiente essencialmente masculino que é o cenário político se mune de táticas e estratégias para se sobressair no meio, construindo uma imagem rígida, que até se assemelhasse à de um homem para poder se legitimar perante a sociedade, é também algo que facilita sua inserção no referido espaço. A “mulher-homem” é um estereótipo que será criado em torno de sua personalidade. Contudo, devemos ter em vista, que Dulce não é advinda das classes populares, ela nasceu e se desenvolveu com a influência do seu sobrenome na localidade e se configura posteriormente pelo apoio de líderes políticos importantes, porém, ela era mulher, e passível de estereótipos e para se blindar de tudo isso, ela faz um movimento para consolidar no imaginário social a imagem de uma pessoa que não se fragiliza diante dos acontecimentos, sendo assim, tão capaz quanto um homem para assumir determinadas posições.

Essa mulher deixou marcas no imaginário social, pois ela passa a ser lembrada e tida como referência de pioneirismo feminino no universo político paraibano, de certa maneira, por instituir a imagem de um ser rígido, forte, segura, mas também carismática e atenciosa, ela desenvolveu aquilo que foi discutido anteriormente e que resgatamos nesse momento, de que o político ele desenvolve um “mito” na concepção social, ele se vale de artimanhas para receber a aprovação e ficar lembrado, já que o povo, o eleitor gosta de se sentir seguro, estável no seu cotidiano, ou seja, o povo admira o governante que tem poder e disciplina, mas também que tenha simpatia, humildade e carisma. Todos esses aspectos se constituem em formação de uma cena de teatro, onde os personagens estão em harmonia com o cenário, o espaço em si para a partir de então poder seduzir a platéia, os espectadores e lograr êxito.

Portanto, podemos constatar que é de fundamental importância empreender uma discussão que procure buscar compreender como a mulher ao longo do tempo teve que desempenhar e desenvolver artimanhas e se configurar em astúcias para se inserir em ambientes anteriormente restritos, entretanto, por mais que haja essa abertura e possibilidades

de inserção, as mulheres ainda são taxadas de “intrusas” por terem sido vítimas de uma construção histórica que predominou por muito tempo no imaginário social, sendo assim, a política um dos ambientes se não o mais fechado para aceitar a mobilidade feminina em suas estruturas. Por isso, a importância em perceber como uma mulher em décadas de “política de coronéis” rompe barreiras e se efetiva na política, apesar do capital simbólico que carrega em sua essência. Assim, a mulher adentra nos cenários “proibidos” e se configura enquanto um ser capaz de se adaptar desenvolvendo atividades e habilidades antes exclusivas ao homem. A sociedade passa a experimentar e se envolver nas concepções de uma mulher a frente de seu tempo disposta a transformar ideologias e romper opiniões, se estabelecendo e logrando êxito em seus projetos e idéias que de certa forma se efetivaram no imaginário social local, permitindo a construção e perpetuação de sua imagem ao longo do tempo.

FONTES CONSULTADAS

1-FONTES

1.1-Fontes Orais

1.1.1- RIBEIRO, José Maria Vital. Entrevista concedida à autora em 06/01/2014.

1.1.2- LIMA, Manoel Bento de. Entrevista concedida à autora em 20/01/2014.

1.1.3- LIMA, Neusa Dantas de. Entrevista concedida à autora em 20/01/2014.

1.1.4- DANTAS, Maria Leda de Oliveira. Entrevista concedida à autora em 02/02/2014.

1.1.5- LIMA, Germana Correia. Entrevista disponível ao público em 06/02/2006.

1.1.6- SILVA, Ivonete Gomes. Entrevista concedida à autora em 05/02/14.

1.2- FONTES IMPRESSAS

1.2.1- Jornais

Diário da Borborema, 29 de novembro de 1958.

Diário da Borborema, 11 de Abril de 1958.

Diário da Borborema, 13 de Abril de 1958.

Diário da Borborema, 14 de dezembro de 1961.

Diário da Borborema, 17 de Julho de 1965.

3- INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Acervo Átila Almeida (UEPB)

Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinese**. Recife, COMUNIGRAF, 2009.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi: Anthropos - Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** [tradução de Fernando Tomaz] (português de Portugal), 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

BORBA, Ângela. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges.- 2.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela. 1998.

CANÊDO, Leticia. Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. **Ordens e Liberdades**. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. V. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

HAHNER, June. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Entre duas eleições. Relação político-eleitor**. In: Como se fazem eleições no Brasil/ organizadoras Beatriz M. A. de Heredia, Carla Costa Teixeira, Irllys A. F. Barreira. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios. 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LOPES, Antonio Carlos Ferreira. **Queimadas: seu povo sua terra- 4ª edição**. Rev. Ampliada. Queimadas- PB: Cópias e Papéis, 2010.

MONTEIRO, José Marciano. **Família, poder local e dominação em um estudo sobre os processos de disputas políticas da(s) família(s) Ernesto- Rêgo em Queimadas-PB**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.), **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

Ó, Alcides de Albuquerque do. **Campina Grande: História & Política- 1945-1955**. Campina Grande: Edições Caravela/ NCP, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **“Mulheres Públicas”**. Tradução Roberto Leal Ferreira.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.- (prismas).

_____. **“As Mulheres ou os Silêncios da História”**. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **“História e História Cultural”**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **“Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”**. In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Igualdade e Especificidade**. In: História da Cidadania. Jaime Pinsky; Carla B. Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORE, Mary Del. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

RABAY, Glória. **Mulher e participação política partidária na Paraíba**. In: ENCONTRO DA REDE REGIONAL NORTE NORDESTE DE NÚCLEOS DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 4., 1996, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996.

RÉMOND, René. **Uma História Presente**. In: Por uma história política. René Rémond (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Jackeline de Souza; FARIAS, Neudja de Fátima Duarte de. **A trajetória da emancipação feminina na visão do jornal A União**. 2000. 170f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2010)–Departamento de Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. **“História das Mulheres”**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **“Domínios da história”**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

_____. **Feminismo X Antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário**. In: Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história/ organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. – Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. **Pisando no “sexo frágil”**. **Revista Nossa História**, ano 1, nº. 3, janeiro de 2004.

_____. **Feminismo X Antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela**

_____. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis, Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.